

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESPÍRITO SANTO



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Vila Velha/ES/2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 119/2012**, da **Portaria TCU nº 150/2012** e das orientações do órgão de controle interno.



Ministro de Estado
Gilberto José Spier Vargas

Secretário-Executivo
Laudemir André Müller

Presidente
Carlos Mário Guedes de Guedes

Chefe de Gabinete
Raimunda Helena Nahum Gomes

Procurador-Chefe
Sérgio de Britto Cunha Filho

Diretor de Gestão Administrativa
Juliano Flávio dos Reis Rezende

Diretor de Gestão Estratégica
Simone Guerresi de Mello

Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária
Richard Martins Torsiano

Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
César Fernando Schiavon Aldrighi

Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento
Marcelo Afonso Silva



Ministro de Estado
Gilberto José Spier Vargas

Secretário-Executivo
Laudemir André Müller

Presidente
Carlos Mário Guedes de Guedes

Superintendente Regional
José Candido Costa Rezende

Procurador-Chefe
Tibério Vianna Xavier

Chefe da Divisão de Administração
Patricia Soneghet Baiocco Andrade Nascimento

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária
Tânia Mara de Carvalho

Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
Ludmila Piol Carrara

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento
Gezulado Nunes Galvão

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
PARTE A-CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	13
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada.....	13
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	13
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada.....	14
1.3 Organograma Funcional.....	18
1.4 . Macroprocessos Finalísticos.....	18
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	19
1.6 Principais Parceiros.....	19
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....	20
2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada.....	20
2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	20
2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	20
2.4 Indicadores.....	20
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	21
3.1 Estrutura de Governança.....	21
3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos.....	21
3.3 Remuneração Paga a Administradores.....	23
3.4 Sistema de Correição.....	23
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	24
4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira.....	25
4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ.....	25
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	25
4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	26
4.1.2.1 Objetivos Vinculados ao Programa 2066.....	26
4.1.2.2 Objetivo Vinculado ao Programa 2012.....	44
4.1.2.3 Objetivo Vinculado ao Programa 2034.....	47
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	50
4.1.3.1 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0418.....	50
4.1.3.2 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0419.....	51
4.1.3.3 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0420.....	52
4.1.3.4 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0421.....	55
4.1.3.5 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0422.....	57
4.1.3.6 Iniciativa Vinculada ao Objetivo 0412.....	58
4.1.3.7 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0987.....	59
4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	59
4.1.4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	59
4.1.4.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar.....	71
4.1.4.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial.....	72
4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	73
4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	74
4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....	76
4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	76
4.2.2 Programação de Despesas.....	76
4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes.....	76
4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital.....	76
4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	77
4.2.2.4 Análise Crítica.....	77
4.2.3 Programação de Despesas.....	78
4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	80
4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários.....	80
4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	80

4.2.4.1.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	81
4.2.4.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	83
4.2.4.2.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	83
4.2.4.2.2	Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	84
4.2.4.2.3	Análise Crítica	86
5.	Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	87
5.1	Reconhecimento de Passivos	87
5.1.1	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	87
5.1.2	Análise Crítica	88
5.2	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	88
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	88
5.2.2	Análise Crítica	88
5.3	Transferências de Recursos	88
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	88
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	88
5.3.3	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	89
5.3.4	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	89
5.3.5	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	90
5.3.6	Análise Crítica	91
5.4	Suprimento de Fundos	91
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos	91
5.4.1.1	Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	91
5.4.1.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo B	92
5.4.1.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo.....	92
5.4.1.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ	92
5.4.1.5	Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos	94
5.4.1.6	Análise Crítica	95
5.5	Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ	95
5.6	Gestão de Precatórios.....	95
6.	Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados.....	96
6.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	96
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada	96
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	96
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	97
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	97
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	98
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	99
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	101
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria	101
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	101
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	101
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos	101
6.1.7	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	101
6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermediário do SISAC	102
6.1.7.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico	103
6.1.7.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	103
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	104
6.2	Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	106
6.2.1	Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	106
6.2.2	Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrente da Realização de Concurso Público	106
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	107
6.2.4	Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	108
6.2.5	Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	108

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários.....	111
7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	112
7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	112
7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	113
7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	113
7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	113
7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	114
8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento.....	115
8.1 Gestão da Tecnologia da Informação - TI.....	115
8.2 Análise Crítica	117
9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	118
9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	118
9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	119
10. Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas	120
10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	120
10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício	120
10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	120
10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício.....	121
10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	122
10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	122
10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	122
10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	122
10.3.1.1 Análise Crítica	123
10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	123
10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	123
11. 123	
12. Informações Contábeis	124
12.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	124
12.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	124
12.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	124
12.2.1 Declaração Plena	124
12.2.2 Declaração com Ressalva	124
12.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....	125
12.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....	125
12.5 Composição Acionária das Empresas Estatais.....	126
12.6 Parecer da Auditoria Independente.....	126
13. Outras Informações Sobre a Gestão.....	127
PARTE B–CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	128
14. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis.....	128
15. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.	128
ANEXOS.....	129

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	13
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	21
Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático – Programa 2066	25
Quadro A.4.2.1.a – Objetivos de programa temático – Objetivo 0418.....	26
Quadro A.4.2.1.b – Objetivos de programa temático – Objetivo 0419	28
Quadro A.4.2.1.c – Objetivos de programa temático – Objetivo 0420	30
Quadro A.4.2.1.d – Objetivos de programa temático – Objetivo 0421	41
Quadro A.4.2.1.e – Objetivos de programa temático – Objetivo 0422.....	44
Quadro A.4.2.2 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0412.....	44
Quadro A.4.2.3 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0987.....	47
Quadro A.4.3.1 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01DV.....	50

Quadro A.4.3.2.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E6	51
Quadro A.4.3.2.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E7	52
Quadro A.4.3.3.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EK	53
Quadro A.4.3.3.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EL	53
Quadro A.4.3.3.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EO	54
Quadro A.4.3.3.d – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EP	54
Quadro A.4.3. 4.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01ES	55
Quadro A.4.3. 4.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EU	56
Quadro A.4.3. 4.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EW	57
Quadro A.4.3. 5 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01F1	57
Quadro A.4.3. 6 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01CB	58
Quadro A.4.3. 7 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 047A	59
Quadro A.4.4. 1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105	59
Quadro A.4.4. 1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2110	60
Quadro A.4.4. 1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114	60
Quadro A.4.4. 1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426	61
Quadro A.4.4.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378	62
Quadro A.4.4.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387	62
Quadro A.4.4. 1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460	63
Quadro A.4.4. 1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG	63
Quadro A.4.4. 1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384	64
Quadro A.4.4. 1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427	64
Quadro A.4.4. 1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7	65
Quadro A.4.4. 1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396	66
Quadro A.4.4. 1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398	66
Quadro A.4.4. 1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06	67
Quadro A.4.4. 1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320	67
Quadro A.4.4. 1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358	68
Quadro A.4.4. 1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374	68
Quadro A.4.4. 1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4474	69
Quadro A.4.4. 1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952	70
Quadro A.4.4. 1.21 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370	70
Quadro A.4.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470	71
Quadro A.4.4.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4448	71
Quadro A.4.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859	72
Quadro A.4.4.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1	73
Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – Programa 2120	73
Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000	74
Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572	74
Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103	75
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	76
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes	76
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital	76
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	77
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	78
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	80
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários	81
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação	83
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	84
Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	87
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	88
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	88
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2013 e exercícios seguintes	89
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	89
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	90
QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)	91
Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)	92
Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	92
Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	93
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	94

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	96
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	96
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	97
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	97
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	98
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	99
Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	101
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	101
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	102
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	102
Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	102
Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)	103
Quadro A.6.13 – Atuação do OCl sobre os atos submetidos a registro	103
Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	106
Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados	106
Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	107
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	108
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	109
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários	111
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	113
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	113
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	114
Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	115
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	118
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	119
Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	120
Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	120
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCl	121
Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCl que permanecem pendentes de atendimento no exercício	122
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	122
Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	123
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	129

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI – Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB – Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC – Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB – Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

O presente relatório é apresentado em conformidade com decisões normativas do TCU, pela Superintendência Regional do INCRA no Estado do Espírito Santo (SR-20-ES), na obrigação de prestar contas à sociedade e aos órgãos de controle, bem como ao cumprimento da legislação vigente.

Este documento constitui numa das peças integrantes do processo de prestação de contas da Unidade Gestora, no termos dispostos na Instrução Normativa TCU nº 119/2012 e na Portaria TCU nº 150, de julho de 2012, e demais instruções pertinentes.

Por meio de Ordem de Serviço, o Gabinete da Superintendência constituiu Grupo de Trabalho para a elaboração do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2012, em atendimento à Diretoria de Gestão Estratégica, composta pela Chefia de cada Divisão e demais servidores indicados, sob a coordenação da Assessoria de Planejamento e Controle.

O Relatório de Gestão Individual é um documento que demonstra a execução física e orçamentária estabelecida na Programação Operacional de 2011, da Superintendência Regional do INCRA no Estado do Espírito Santo, com fulcro no Programa Plurianual de Ações (PPA 2012/2015), de interesse analítico dos órgãos de controle, no que diz respeito à natureza orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, entre outras.

O Relatório está estruturado de acordo com que preceitua os itens das “Conteúdo Geral do Relatório de Gestão”, de acordo com o Anexo Portaria TCU nº 150, de julho de 2012, apresentando as informações detalhadas de cada item com a ressalva para os itens que não se aplicam a esta UJ.

Apesar dos entraves e dificuldades que impactaram a execução das ações no decorrer do exercício esta Regional mirou no cumprimento das suas atribuições e compromissos com a gestão pública na sua área de atuação. Os resultados atingidos pela SR(20)ES na gestão de programas de governo sob sua responsabilidade estão alinhados com a gestão das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício 2011, referente ao relatório apresentado.

No ano de 2012, com criação de 02 novos projetos de assentamentos e novas vagas e lotes retomados administrativamente em PAs já existentes foram assentadas 78 famílias. O Serviço de Meio Ambiente trabalhou no processo de licenciamento ambiental dos projetos de assentamento junto aos órgãos competentes visando atender da Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente, além de trabalhar no cumprimento de condicionantes impostas às licenças, ações de recuperação e educação ambiental.

Com o compromisso de promover uma reforma agrária de qualidade, a SR20/ES, universalizou o serviço de assistência técnica com a contratação de entidades atendendo a 3.728 famílias. Foram concedidos créditos: de instalação, que atendeu a 413 famílias em suas diversas modalidades como a aquisição de material para construção e reforma de casas, apoio inicial, fomento e mulher. Além das diversas ações promovidas pelo fomento à agroindustrialização e à comercialização.

Por meio de ações descentralizadas junto às Unidades Municipais de Cadastro, foram gerenciados 9.758 imóveis rurais ao longo de 2012. Além do acompanhamento de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros e desmembramento relativos à zona rural/urbana.

Com vistas o monitoramento para o uso adequado das parcelas destinadas as famílias assentadas, esta autarquia desenvolveu várias ações de fiscalização e regularização que resultou na retomada de lotes ocupados irregularmente em projetos de assentamento

Embora todas estas ações tenham propiciado avanços importantes na execução das políticas públicas de responsabilidade desta Autarquia é necessário destacar alguns elementos que dificultaram maiores realizações, dos quais citamos: disponibilização do orçamento somente no segundo semestre, impactando principalmente na realização de obras de infraestrutura com prazos de execução acima de cinco meses, suspensão de viagens em decorrência do Decreto de contingenciamento e o número de servidores aquém da necessidade para o atendimento de todas as demandas. Para enfrentar estes desafios é necessário a ampliação do número de servidores porém ação não esta ao alcance desta UJ. De outra parte esta unidade está adotando medidas visando planejamento das ações em todas as áreas para garantir processo de monitoramento e avaliação, permitindo melhoria nos fluxos internos e maior eficiência na gestão.

PARTE A–CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário	Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Espírito Santo		
Denominação abreviada: INCRA – SR20/ES		
Código SIORG: 4.142	Código LOA: 49.201	Código SIAFI: 373057
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11.6.00
Telefones/Fax de contato:		(27)-3185-9050
Endereço eletrônico: publico@INCRA.gov.br		
http://www.INCRA.gov.br		
Endereço Postal: Avenida Senador Robert Kennedy 601 – São Torquato, Vila Velha/ES. Cep 29.114-300		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA 		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"> - Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA 		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none"> - Manual Operacional de ATES 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008 - Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006 - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006 - Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição/Revisada – agosto/2010 - Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002 - Manual de Cadastro Rural - Manual de Fiscalização Cadastral 		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
373057	Superintendência Estadual do Espírito Santo – INCRA/SR 20	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica	Não se aplica	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica	Não se aplica	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00)), no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

1) Superintendências Regionais - SR(00) – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de

reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

e) À Procuradoria Regional - SR(00)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

2) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(00)F – compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

3) Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

4 À Divisão de Desenvolvimento - SR(00)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de

reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATEs; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

5) À Divisão de Administração - SR(00)A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

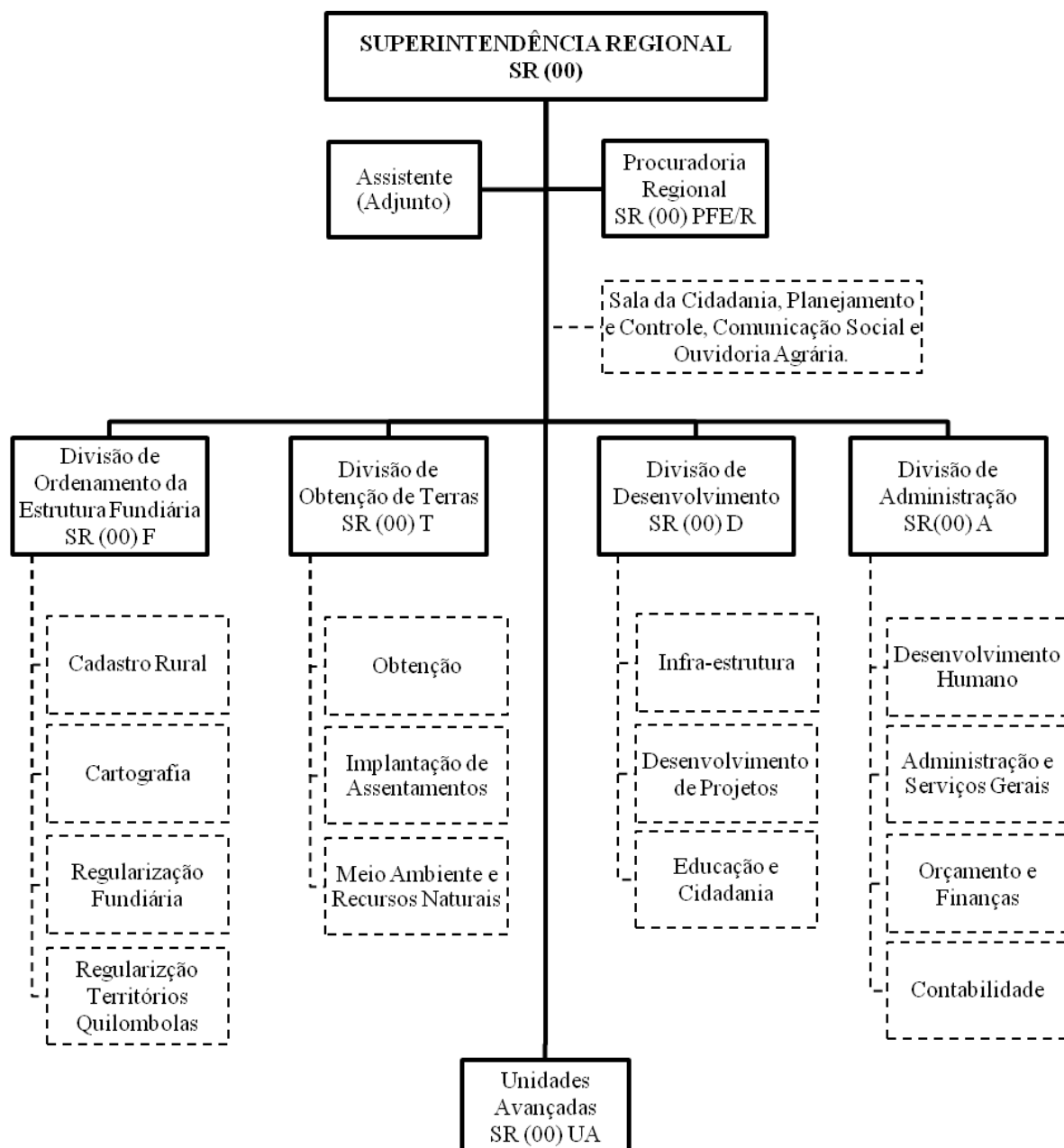
a) De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

1.3 Organograma Funcional



1.4. Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos são aqueles diretamente relacionados com o negócio e com a razão de existir da UJ. No INCRA como um todo, estão diretamente ligados aos objetivos da área finalística, sendo entendidos pelos vetores "Obtenção de Terras", "Desenvolvimento de Assentamentos" e "Ordenamento da Estrutura Fundiária". Nesse sentido, estão diretamente ligados à premissa funcional e institucional das respectivas Divisões. Nesse ponto, deverão ser descritos os principais objetivos estratégicos em consonância às questões de Obtenção, Desenvolvimento e Ordenamento.

Macroprocessos Finalísticos	Etapas dos Macroprocessos
Criação de Projetos de Assentamento e assentamento de famílias	vistoria e avaliação de imóveis rurais
	obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária
	cadastro e seleção de famílias a serem beneficiadas
	licenciamento ambiental do projeto de assentamento
Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	disponibilização de crédito
	implantação de infraestrutura viária e de fornecimento de água
	supervisão ocupacional dos lotes já existentes
	concessão de assistência técnica produtiva
	incentivo à agroindustrialização e comercialização de produtos da reforma agrária
	acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis
Regularização Fundiária	gerenciamento e fiscalização cadastral dos imóveis rurais
	georreferenciamento da malha fundiária nacional
	a regularização fundiária e titulação de imóveis rurais
Quilombolas	reconhecimento, delimitação, desintrusão e ditulação de Territórios Quilombolas
	a indenização das terras aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio são entendidos pelos vetores "Administração" e "Planejamento". Na Sede são representados respectivamente pelas diretorias DA e DE e Gabinete da Presidência. Nas regionais representadas pela Divisão Administração e a área de Planejamento junto ao Gabinete.

Os macroprocessos de apoio dão suporte à realização das atividades finalísticas, bem como realizam o monitoramento e controle da execução orçamentária e da meta física.

Macroprocessos de Apoio	Etapas dos Macroprocessos
Administração da Unidade	Controle e capacitação de pessoal
	Licitação, contratos administrativos e logística
	Execução e acompanhamento financeiro
	Acompanhamento e controle contábil
Planejamento e Controle	Monitoramento da execução da meta física
	Controle orçamentário
	Elaboração do relatório de gestão
	Acompanhamento das ações do NTI

1.6 Principais Parceiros

Tem se tentado ampliar e desenvolver parcerias junto às Prefeituras Municipais, sobretudo aquelas localizadas nas regiões delimitadas para como foco para aplicação específica das políticas públicas do Governo Federal. Porém não foram efetuados instrumentos oficiais de repasse o exercício de 2012.

Além disso, a Autarquia possui como parceiros o Banco do Brasil, que viabiliza a aplicação dos recursos do crédito instalação.

2.Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O planejamento estratégico institucional é determinado pelo INCRA Sede , bem como a destinação de recursos e o estabelecimento de metas físicas a serem alcançadas durante o exercício, cabendo à esta Unidade Jurisdicionada a operacionalização da execução de tais objetivos.

2.2Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

As Superintendências Regionais são órgãos descentralizados previsto no Decreto 6.812, de 03 de abril de 2009 – Estrutura Regimental e na Portaria/MDA n.º 20, de 08 de abril de 2009 - Regimento Interno da Autarquia, aos quais competem coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, tecnologia da informação, modernização administrativa e garantia da manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

A Superintendência Regional do INCRA do Espírito Santo é responsável pela execução da Política de Reforma Agrária e Gerenciamento da Estrutura Fundiária no Estado do Espírito Santo, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico, inclusão social e geração de trabalho e renda no meio rural.

No entanto durante o exercício de 2012 alguns obstáculos comprometeram sobremaneira o cumprimento das metas. De modo geral o contingenciamento orçamentário imposto pelo Governo Federal e a demora na liberação de recursos orçamentários e financeiros influenciou diretamente na licitação de obras e contratações diversas.

Além disso, durante o último ano a Autarquia passou por período aproximado de 60 dias de paralisação de atividade por parte dos seus servidores, comprometendo especialmente a realização das atividades de campo.

Não obstante foi mantida parceria junto às Prefeituras Municipais para manutenção das Unidades Municipais de Cadastro. Parcerias essas que deverão ser potencializadas durante o ano de 2013, ampliando os serviços ofertados.

2.3Execução do Plano de Metas ou de Ações

O plano de metas e ações que deveriam ser realizadas pela UJ encontrou dificuldades em sua execução tanto por fatores externos como o contingenciamento de recursos federais como internos como a paralisação dos servidores. No entanto a necessidade de mais servidores na realização das atividades tem tido peso significativo no não planejamento operacional de alcance de metas estabelecidas pela Autarquia

Sendo assim, e por não haver um plano formal nesta UJ para alcance das metas estabelecidas não é possível avaliar a execução do mesmo.

2.4Indicadores

Os indicadores utilizados pela unidade jurisdicionada para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos, estão determinados no Plano de Compromisso estabelecido pelo INCRA, bem como os recursos orçamentários destinados à execução dessas metas.

O detalhamento das informações gerenciais estão disponíveis no link <http://www.incra.gov.br/>.

3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 Estrutura de Governança

A Auditoria Interna está inserida exclusivamente na estrutura do INCRA/SEDE em Brasília. Seguem abaixo informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos:

Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ:

De acordo com a estrutura básica da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, a Auditoria Interna é órgão seccional integrante da estrutura do órgão e a ela compete:

I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.

O Regimento Interno do Incra, aprovado pela Portaria MDA nº 20 de 08 de abril de 2009, estabelece em seu art. 56 à Auditoria a competência de assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível e segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;

V - examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;

VI - elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e

VII - analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

3.2 Avaliação e Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
•A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
•Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
•A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
•Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
•Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
•Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
•As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
•Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
•Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		

Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
•Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
•Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
•É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
•É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
•A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
•Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
•Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
•Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
•Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
•Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
•As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
•As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
•As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
•A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
•As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
•A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
•A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
•A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
•O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
•O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
•O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica: Há necessidade do fortalecimento do controle interno da instituição.					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

3.4 Sistema de Correição

A atividade correicional é exercida, na autarquia, de forma descentralizada, uma vez que são autoridades instauradoras: o Presidente do Incra, o Chefe de Gabinete, os Diretores e os Superintendentes Regionais.

A estrutura organizativa contempla, na Sede, uma unidade administrativa denominada Divisão de Procedimentos Disciplinares - GABT-1 (vinculada ao Gabinete da Presidência da Autarquia - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente) que, exerce as atribuições descritas no artigo 16 do Regimento Interno da autarquia.¹

No âmbito das superintendências regionais não existe uma unidade organizativa específica responsável pelas atividades disciplinares. Contudo o artigo 132 do Regimento Interno da autarquia atribui aos Superintendentes Regionais a competência para instauração de procedimentos disciplinares, dentro da sua área de atuação.²

Assim, o sistema vigente não permite que a gestão da apuração das denúncias e das representações contra servidores da Autarquia seja exercida plenamente, uma vez que não existe uma unidade seccional, conforme preconiza o Decreto 5.480, de 30.06.2005.

Não obstante, a autarquia tem se esforçado para registrar nos sistemas informatizados disponíveis - CGU-PAD e SisPAD - as informações relativas ao andamento das apurações disciplinares, em busca de obter o maior controle possível sobre as diversas apurações e seus resultados.

Ademais, a autarquia tem proporcionado eventos de capacitação, junto à CGU, para atuação em procedimentos disciplinares. Desta forma, atualmente, há na autarquia, 338 servidores capacitados.

Destaca-se a realização, em dezembro de 2012, de capacitação destinada a aperfeiçoamento de Presidentes e membros de Comissões Disciplinares do Incra e do MDA, promovida em conjunto com o MDA e a CGU, na Escola de Governo da AGU, cuja programação contemplou assuntos específicos do Incra, em especial o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, tema no qual há grande volume de denúncias que ensejam apurações e que, devido ao funcionamento descentralizado desdobra a ocorrência a mais de um local.

Dadas estas circunstâncias e, pela relevância do assunto, por meio do art. 6º. da Portaria INCRA/P/N.191, de 30.06.2009³, foi delegada competência ao Chefe de Gabinete para instaurar procedimentos apuratórios, julgar e aplicar penalidades de advertência e suspensão até o limite de 30 dias, em relação a irregularidades que envolvam acesso não autorizado ou inclusão indevida de dados no Sistema nacional de Cadastro Rural - SNCR e expedição fraudulenta de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, independente do local da ocorrência dos fatos. Por este motivo, há uma concentração de apurações instauradas pelo Gabinete da Presidência, em face das denúncias apresentadas relacionadas ao tema.

¹ Art. 16. À Divisão de Procedimentos Disciplinares (GABT-1) compete:

- I. registrar, cadastrar e controlar os processos administrativos disciplinares e de sindicâncias instaurados pelo Gabinete da Presidência, Diretorias, Procuradoria Federal Especializada, assim como os recursos administrativos e judiciais interpostos;
- II. encaminhar os processos administrativos disciplinares e de sindicância para os respectivos responsáveis pela condução dos trabalhos apuratórios;
- III. expedir e controlar os atos de constituição, prorrogação e continuidade das comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
- IV. elaborar despachos interlocutórios e decisões em procedimentos disciplinares afetos ao Gabinete da Presidência;
- V. controlar o pagamento de diárias e passagens e a descentralização de recursos destinados aos membros de comissões instauradas pelo Gabinete da Presidência;
- VI. buscar alternativas de recursos humanos, dentro do perfil estabelecido pela Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em articulação com as Diretorias, Superintendências e Procuradoria Federal Especializada, objetivando à composição de comissões disciplinares, sob o enfoque e o dever de priorizar o atendimento às demandas do INCRA;
- VII. manter sob sua responsabilidade o registro dos profissionais qualificados para atuar em comissões disciplinares e de sindicâncias;
- VIII. controlar o prazo de entrega dos relatórios finais oriundos das comissões, constituídas pelo Gabinete da Presidência, assim como os demais prazos estabelecidos pela Lei nº. 8.112/90; e
- IX. outras atividades compatíveis com suas atribuições.

² Art. 132. Aos Superintendentes Regionais incumbe:

...

- XIV - instaurar procedimentos disciplinares e aplicar penas de advertência e de suspensão de até quinze dias, segundo sua área de atuação;

³ Portaria Incra/P/nº 191 de 30 de junho de 2009.

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nas Comissões Disciplinares, bem como no Sistema de Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares SISPAD, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Assim, embora a atual estrutura apresente avanços no tocante à apuração de irregularidades administrativas cometidas por seus servidores, ainda não abarca a dimensão e a relevância das atividades correcionais. E, por esta razão, o assunto tem sido pautado pela Direção da autarquia, para que sejam retomados os estudos que visem à estruturação de uma unidade de Corregedoria, com o propósito de tornar mais efetiva a vigilância, orientação e correção das atividades funcionais, bem como a conduta dos seus agentes, em busca de dar efetivo atendimento às recomendações dos órgãos de controle e do Decreto 5.480/2005.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O Incra conta com 02 servidores por superintendência regional, ou seja 60 servidores, treinados para o uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD e, na Sede, 4 servidores estão capacitados para sua utilização.

Contudo, devido às deficiências de estrutura e pessoal nas superintendências regionais, há dificuldades em manter os dados atualizados no sistema.

No entanto, nos casos em que o julgamento deve ser proferido pelo Chefe de Gabinete ou pelo Presidente, a Divisão de Procedimentos Disciplinares tem preenchido esta lacuna e providenciado a atualização das informações.

Já nos processos instaurados pela Sede, as informações são lançadas nos momentos de instauração e de conclusão dos processos, com anexação das peças principais no referido sistema.

A CGU, frequentemente, monitora o lançamento das informações e peças processuais, sendo que a autarquia tem atendido todas as solicitações efetuadas.

Ademais, no intuito de obter informações mais específicas foi criado o SisPad, sistema informatizado desenvolvido na autarquia, que permite obter relatórios sobre os apuratórios de forma mais adequada aos interesses do Incra.

Para dar mais agilidade a esta atividade, encontra-se em estudo uma proposta para incumbir as próprias comissões de realizar os lançamentos das informações intermediárias, tais como portarias de prorrogação, continuidade e alteração e até mesmo o Relatório Final.

4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático – Programa 2066

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa		2066			
Título		Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária			
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)					
Fontes de Recursos		Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
		e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		R\$2.674.035.000	R\$1.351.073.356	R\$8.423.771.000	
b) Outras Fontes		-	-		
c) Subtotais (a + b)		R\$2.674.035.000	R\$1.351.073.356		
d) Valor Global Previsto no PPA		11.097.806.000			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
			Processados	Não Processados	
Objetivos Relacionados ao Programa					
Código	Descrição				Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento
0418	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.				INCRA
0419	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.				INCRA
0420	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.				INCRA
0421	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.				INCRA
0422	Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.				INCRA

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Neste item estão elencados os objetivos do Plano Plurianual – PPA 2012-2015 que possuem ações orçamentárias cuja execução é de responsabilidade do INCRA. Cabe ressaltar que não foram listadas as metas às quais não está atrelada nenhuma ação orçamentária, tendo em vista a impossibilidade de auferir sua execução física e orçamentária.

Também não foram consideradas metas do PPA que não possuem meta anual específica no Plano de Compromissos. Algumas metas, ainda, foram aglomeradas nos campos de metas financeiras, tendo em vista a impossibilidade de separar a execução orçamentária para diferentes metas dentro de uma mesma ação orçamentária.

4.1.2.1 Objetivos Vinculados ao Programa 2066

Quadro A.4.2.1.a – Objetivos de programa temático – Objetivo 0418

Identificação do Objetivo						
Código	0418					
Descrição	Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.					
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
	R\$ 82.500,00	R\$ 72.258,86	R\$ 54.863,03	R\$ 17.395,83		R\$ 54.863,03
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (Ação 2105)	Imóvel gerenciado	4.583	9.758	R\$82.500,00	R\$ 54.863,03
2	Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) (Ação 2105)	CCIR emitido	-	62.361		

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à Ação **2105** - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel gerenciado*	-	-	-	-	-
2	CCIR emitido*	-				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Como consta na tabela inicial dessa seção, gastou-se na execução das ações desse programa uma quantidade de recursos inferior ao que inicialmente estava previsto para o exercício, o que ocorreu devido à uma série de circunstâncias que limitaram a força de trabalho do Serviço de Cadastro Rural da SR(20)/ES, entre elas a aposentadoria de uma técnica de cadastro rural e a deflagração da greve dos servidores, que durou aproximadamente três meses

Mesmo assim, a meta física de imóvel gerenciado foi atingida com folga, isso se deve a universalização da Rede de Cadastro Rural. O INCRA/ES tem firmado com 77 municípios Termo de Cooperação Técnica para a implantação de Unidades Municipais de Cadastramento – UMC, faltando apenas o município de Piúma, que não demonstrou interesse apesar das inúmeras visitas de servidores àquele município. A publicação dos Termos de Cooperação Técnica no DOU ocorreu em 26/01/2009 e estes terão vigência até 26/01/2014.

Portanto, em quase 100% dos municípios sob a jurisdição do INCRA/ES têm UMCs instaladas, sendo que 40 (quarenta) delas possuem acesso ao SNCR no perfil UMC Consulta e Emissão de CCIR e 37 (trinta e sete) com acesso no perfil UMC Análise e Digitação até 4MF.

A Rede de Cadastro Rural da SR(20)/ES executou, no exercício 2012, 9.758 atualizações cadastrais e emitiu 62.361 Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR, documento este necessário a quaisquer transações envolvendo imóvel rural e também para a obtenção de crédito para produção agropecuária.

Mês de Atualização	Quantitativo de imóveis gerenciados	CCIR's emitidos via WEB	CCIR's emitidos Internet	Emissões CCIR's 2011
Janeiro	296	749	3.037	3.786
Fevereiro	795	1.293	2.827	4.120
Março	1.055	1.832	3.903	5.735
Abril	753	1.369	3.279	4.648
Maio	887	1.659	3.972	5.631
Junho	860	1.632	3.350	4.982
Julho	665	1.383	3.851	5.234
Agosto	792	1.786	4.259	6.045
Setembro	536	1.578	4.243	5.821
Outubro	1.231	1.880	4.357	6.237
Novembro	1.047	1.788	3.912	5.700
Dezembro	841	1.230	3.192	4.422
Total	9.758	18.179	44.182	62.361

Foram realizados 4 (quatro) Encontros de Capacitação, em pólos regionais, sendo 2 (dois) para os UMC's que possuem o perfil de acesso ao SNCR "UMC Análise e digitação até 4MF", que ocorreram no mês de maio e julho, nos municípios de Pancas e Venda Nova do Imigrante, respectivamente. Nestes encontros foram treinadas 36 prefeituras municipais.

Os outros 2 (dois) encontros foram realizados nos meses de junho e julho para os UMC's que possuem o perfil "UMC Consulta e Emissão de CCIR", nos municípios de São Mateus e Castelo, respectivamente. Nestes encontros foram treinadas 34 prefeituras municipais.

Em março, na sede do INCRA/ES, foi realizado um treinamento sobre recepção de formulários para atualização cadastral, para 12 (doze) municípios, que trocaram o servidor da prefeitura responsável pela UMC. Como também, um treinamento sobre análise e digitação até 4 (quatro) módulos fiscais para 18 municípios. E no final do ano de 2012, nos dias 06 e 07 de dezembro, ocorreu um grande encontro na sede do INCRA/ES com a participação de 44 prefeituras municipais.

As atividades desenvolvidas pelo Setor de Cadastro Rural ao longo do ano, também contemplaram 33 (trinta e três) supervisões e acompanhamentos aos responsáveis pelas Unidades Municipais de Cadastramento – UMCs, o que correspondeu menos de 50% das UMCs supervisionadas, isto devido ao número reduzido de servidores e a greve na autarquia.

Além disso, foram formalizados e analisados os seguintes processos administrativos:

TIPO DE PROCESSO	QUANTITATIVO
Autorização para Desmembramento Abaixo da Fração Mínima de Parcelamento	52
Autorização para Aquisição de Terras por Estrangeiros	23
Fiscalização Cadastral de Imóveis Rurais	6
Apoio ao Cadastro	5
Descaracterização de Imóvel como Rural	183
Cancelamento de Cadastro Rural	30
Prévia Anuência para Parcelamento	7
Certidões para fins de aposentadoria	995
TOTAL DE PROCESSOS ANALISADOS	1.301

Conforme determinação do Memorando Circular nº 17/DF/INCRA, de 15 de agosto de 2012, foram formalizados 06 (seis) processos de Fiscalização Cadastral, com foco no Plano MDA/INCRA para erradicação do trabalho escravo e no Cadastro de Empresas e Pessoas do Ministério do Trabalho e Emprego.

Quadro A.4.2.1.b – Objetivos de programa temático – Objetivo 0419

Identificação do Objetivo						
Código	0419					
Descrição	Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.					
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
	-	-	-	-		
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de há (Ação 4426)	Hectare certificado	-	116.382,24	-	-
2	Georreferenciamento de 4 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 1.952/2009 - Terra Legal (Ação 4426)	Imóvel georreferenciado	-	-		
3	Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária (Ação 2110)	Imóvel regularizado	-	-	-	-
4	Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 8 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal (Ação 8378)	Área diagnosticada	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4426** - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional; **2110** - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos; **8378** - Gestão de Terras Públicas e **2114** - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	AP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Hectare certificado*	57.452,00	-	-	-	-
2	Imóvel georreferenciado*	-				
3	Imóvel regularizado*	-				
4	Área diagnosticada*	-				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quanto à certificação de imóveis rurais, a Lei 10.267/01, alterando a Lei 6.015/73 (Lei de Registros Públicos) instituiu a obrigatoriedade do georreferenciamento dos imóveis rurais para os imóveis rurais nos casos de desmembramento, parcelamento ou remembramento. A lei 6.015/73 em seu artigo 176, § 3º, com a alteração dada pela Lei 10.267/01 ficou da seguinte forma:

“§ 3º - Nos casos de desmembramento, parcelamento ou remembramento de imóveis rurais, a identificação (...) será obtida a partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pelo INCRA, garantida a isenção de custos financeiros aos proprietários de imóveis rurais cujo somatório da área não exceda a 4 módulos fiscais.

§ 4º - A identificação de que trata o § 3º tornar-se-á obrigatória para efetivação de registro, em qualquer situação de transferência de imóvel rural, nos prazos fixados por ato do Poder Executivo.”

Conforme prevê o Art. 8º do Decreto 4.449/02:

“Art. 8º Os custos financeiros de que tratam o § 3º do art. 176 e o § 3º do art. 225 da Lei nº 6.015, de 1973, compreendem os serviços técnicos necessários à identificação do imóvel, garantida a isenção ao proprietário de imóvel rural cujo somatório das áreas não exceda a quatro módulos fiscais.”(grifo nosso)

Diante do exposto, trata esta ação do georreferenciamento de Imóveis Rurais cuja área não exceda a 4 módulos fiscais do município de localização. Por ser o órgão responsável pela Certificação, ficou o INCRA responsável pela execução desses serviços para estas áreas. Considerando a realidade do Estado do Espírito Santo, em nenhum município o somatório da área dos 4 módulos fiscais irá superar 500 ha e nem superior a 250 ha, que é a área que será exigida o georreferenciamento a partir de 20/11/2013. Se observarmos os prazos determinados pelo Decreto 7.620/2011, apenas a partir de 20/11/2016 é que a área alcançará alguns imóveis do Espírito Santo que se encontram na faixa de até 4 módulos fiscais, abrangidos pela gratuidade, que ficarão impedidos de efetuar transações imobiliárias. Tendo em vista que a instituição está fazendo esforço no sentido de alterar esse artigo da lei para que a execução não fique a cargo do INCRA, não foram definidas metas para a Superintendência Regional quanto a execução desta ação.

No ano de 2012 não foi efetuado nenhum novo serviço (por execução direta ou não) de georreferenciamento de assentamentos rurais no ES, entretanto foi feito acompanhamento e fiscalização, por servidores lotados no Setor de Cartografia dos serviços de demarcação topográfica de parcelas, elaboração e entrega de peças técnicas no PA Franqueza Realeza, localizados nos municípios de Ecoporanga/ES, Nanuque/MG e Carlos Chagas/MG, cuja execução foi licitada em dezembro de 2011, mas a demanda e os recursos foram provenientes da Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos desta Superintendência Regional.

É importante dizer que, apesar de não terem sido efetuadas ações de georreferenciamento de pequenas propriedades na SR(20), o Comitê de Certificação certificou 109 propriedades, numa área de 115.407,3005 ha, foram recebidos em 2012 outros 101 processos, totalizando uma área de 122.865,1272 ha e arquivados 13 processos, equivalente a uma área de 66.820,1097 ha. É importante considerar que cada processo é analisado inúmeras vezes até que o mesmo obtenha a certificação, demandando muito tempo para a execução desta tarefa.

No exercício de 2012 foi modificado o quadro de funcionários deste setor com a saída do servidor Maximiliano Rubim Moreira, Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário, e a admissão do novo servidor Gabriel Diniz de Oliveira, Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, Engenheiro Agrimensor. Com a ordem de serviço nº 41/2012 este servidor passou a fazer parte do comitê regional de certificação de imóveis rurais e com a publicação da NE nº 105/2012, que reduz os critérios de análise, este setor teve um cenário favorável ao fluxo de certificação.

Muito esforço operacional foi gasto com suporte técnico para o atendimento de demandas internas como: demarcação de reserva legal, levantamentos topográficos para projetos de barragens, vistorias de possíveis imóveis improdutivos, confecção de mapas de uso e etc. Ressalta-se que os recursos utilizados para a efetivação destes serviços listados foram retirados das divisões que os solicitaram.

Continua em vigor até 31/12/2014, por meio de termo aditivo, o Termo de Compromisso e Cooperação Técnica entre o INCRA e a SEAG/IDAF, para a arrecadação de terras devolutas e indenizações de benfeitorias úteis, necessárias e edificadas de boa fé aos detentores das posses de imóveis rurais em processos de vistorias efetuadas pelo INCRA. Sendo executado por meio de levantamento preliminar de dados e informações, cujas propriedades não estejam cumprindo sua função social, bem como imóveis já vistoriados pelo INCRA, visando a doação para implementação de assentamentos rurais.

Face ao Convênio MDA nº 758670/2011, estabelecido entre a Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, e o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal – IDAF, vinculado a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, do Estado do Espírito Santo, a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Espírito Santo, firmou-se em dezembro de 2012 Acordo de Cooperação Técnica entre o INCRA/ES e o IDAF, objetivando concessão de acesso ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, além de ações conjuntas que possibilitem a regularização de terras devolutas dos municípios de Barra de São Francisco, Mantenópolis, Ecoporanga e Vila Pavão, objeto do convênio do MDA/SRA e o IDAF.

Pelo Acordo de Cooperação Técnica com o IDAF, o INCRA no ano de 2013 fornecerá senhas de acesso ao SNCR aos técnicos do IDAF, capacitará mediante treinamentos específicos os servidores indicados pelo órgão de terras para executarem as atividades de inclusão e alteração de cadastro rural no sistema e fiscalizará a execução dos serviços.

Com isso, os proprietários rurais receberão do IDAF, no final do processo, o título aquisitivo de suas terras e o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, para serem levados ao Cartório de Registro de Imóveis, que abrirá matrícula para as referidas terras.

O Convênio do MDA com o IDAF objetiva promover o fotocadastro de todos os imóveis rurais dos citados municípios e o georreferenciamento pontual dos terrenos identificados como devolutos, com a respectiva emissão de títulos de propriedade, titulação, de áreas de posse por simples ocupação, com dimensão até 250,0 ha (conforme estipulado no Art. 20, da Lei de Terra do Estado do Espírito Santo – Lei nº 9.769, de 26 de dezembro e 2011), no período de 30 de dezembro de 2011 a 20 de outubro de 2013, segundo a Lei nº 9.769/2011, Lei 10.267/01, o Decreto 4.499/02 e as Normas Técnicas do INCRA e do IDAF, concretizando ações estabelecidas pelos Órgãos conveniados e objeto do Acordo de Cooperação Técnica.

Mesmo antes da publicação do Acordo de Cooperação Técnica com o IDAF, algumas ações foram executadas. No mês de maio, foi ministrado treinamento para 11 (onze) servidores do IDAF sobre o preenchimento dos formulários para Declaração de Cadastro de Imóvel Rural. Em junho um servidor do INCRA/ES acompanhou técnicos no IDAF nas comunidades, órgãos e autoridades dos municípios de Ecoporanga e Vila Pavão, objetivando informá-los sobre as ações de regularização fundiária de terras devolutas, que serão desenvolvidas naqueles municípios. E em outubro, o mesmo técnico acompanhou, no município de Vila Pavão, a equipe técnica do IDAF no início dos trabalhos de fotocadastramento dos imóveis rurais.

Quadro A.4.2.1.c – Objetivos de programa temático – Objetivo 0420

Identificação do Objetivo						
Código	0420					
Descrição	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.					
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 7.071.239,06	R\$6.210.350,32	R\$3.181.559,23	-	R\$ 679.022,73	R\$1.347.022,73	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criar 800 projetos de assentamento (Não possui ação orçamentária)	Projeto criado	-	2	-	-

2	Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (Ação 8387)	Área vistoriada	33.00	20.073,15	106.300,00	111.603,91
3	Obter 1 milhão de hectares (Ação 4460)	Área obtida	731,00	0,00	6.415.134,00	0,00
5	Assentar 200 mil famílias (Ação 8384)	Família assentada	150	78	34.013,49	16.088,14
6	Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos (Ação 8374)	Licença protocolada	9	4	51.159,00	32.175,27
7	Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher (Ação 0427)	Crédito disponibilizado	191	413	4.304.400,00	2.587.600,00
8	Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria(Ação 0427)	Crédito disponibilizado	-	-		
9	Construir e/ou reformar 120 mil casas (Ação 0427)	Casa construída	-	230		
10	Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água (Ação 8396)	Família atendida	277	35	2.028.145,52	344.016,96
11	Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas (Ação 8396)	Km construídos/reformados	-	-		
Identificação do Objetivo						
Código	0420					
Descrição	Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.					
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
R\$ 7.071.239,06		R\$6.210.350,32	R\$3.181.559,23	-	R\$ 679.022,73	R\$1.347.022,73
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Criar 800 projetos de assentamento (Não possui ação orçamentária)	Projeto criado	-	2	-	-
2	Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (Ação 8387)	Área vistoriada	33.00	20.073,15	106.300,00	111.603,91
3	Obter 1 milhão de hectares (Ação 4460)	Área obtida	731,00	0,00	6.415.134,00	0,00
5	Assentar 200 mil famílias (Ação 8384)	Família assentada	150	78	34.013,49	16.088,14
6	Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos (Ação 8374)	Licença protocolada	9	4	51.159,00	32.175,27
7	Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher	Crédito disponibilizado	191	848	4.304.400,00	2.587.600,00

	(Ação 0427)					
8	Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria (Ação 0427)	Crédito disponibilizado	-	-		
9	Construir e/ou reformar 120 mil casas (Ação 0427)	Casa construída	-	230		
10	Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água (Ação 8396)	Família atendida	277	35	2.028.145,52	344.016,96
11	Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas (Ação 8396)	Km construídos/reformados	-	-		

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **8387** - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; **4460** - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; **20TG** - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária; **8384** - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária; **8374** - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária; **0427** - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas; **20S7** - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária; **8398** - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e **8396** - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Projeto criado*					
2	Área vistoriada*					
3	Área obtida*					
4	Família assentada*					
5	Licença protocolada*					
6	Crédito disponibilizado*					
7	Crédito disponibilizado*					
8	Casa construída*					
9	Família atendida*					
10	Km construídos/reformados*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

AÇÃO 8387 – VERIFICAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL MEDIANTE VISTORIA

VISTORIAS PRELIMINARES E AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS REALIZADAS EM 2012

Inicialmente vale esclarecer que a meta que esta constando de 33.000,00 ha esta equivocada, pois no total apresentado foram computadas(erradamente) as áreas estipuladas como meta de “Trabalho de Levantamento Prévio”, que consiste na instrução processual(pedido de certidões até a origem, obtenção de Ficha Sanitária de animais etc. e se for o caso notificação dos proprietários), até o momento da Ordem de Serviço para a “Vistoria Preliminar”visando a Verificação da Função Social. Esclarecendo que, a maioria dos processos iniciados, não chegam na fase de “Vistoria Preliminar”, pois na análise das certidões atualizadas de domínio, o imóvel já fora desmembrado, a área não tem aptidão para Projetos de assentamentos, pelas análises das Fichas Sanitárias de animais tem-se como imóvel produtivo etc...

Assim sendo, no ano de 2012 foram analisados 26 processos com vistas a “Vistorias Preliminares”, atingindo uma área de 25.589,66 ha, porem foi Vistoriada apenas 13 imóveis atingindo o total de 20.160,02 ha.

Confirmando o exposto, segue abaixo o quadro de metas que fora apresentada pela SR (20)T para o ano de 2012, e bem como os quadros de “Levantamentos Prévios”, “Vistorias Preliminares” do ano 2012, e desempenho da SR(20)T de 2001 a 2011, onde se verifica uma queda no total de área vistoriada , ratificando assim o equivoco na meta de 33.000 hectare para Vistoria Preliminar.

1- Metas Obtenção para o ano de 2012.

Vistorias e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Meta (un) Imóveis	Meta (ha)
Levantamento Prévio	30	19.500
Vistoria Preliminar	15	11.556
Avaliação	04	2.320
Total	49	33.376

2-TRABALHO DE LEVANTAMENTO PRÉVIO EM 2012.

N ^o	Código	Imóvel	Município	Área Declarada	Proc. 54340
01	503.053.002.470-3	Águia Azul	Pinheiros	552,61	001493/2011-34
02	506.010.012.246-5	Faz. Do Centro	Castelo	429,60	001496/2011-78
03	501.034.002.364-5	Bom Jesus	Ponto Belo	707,60	000108/2012-12
04	000.019.258.270-9	Santa Izabel	Mucurici	496,10	000107/2012-78
05	503.045.254.231-0	São José	Vila Valério	769,30	000410/2012-71
06	502.049.021.660-9	Córrego da Divisa	São Domingos do Norte	890,3912	000705/2012-47
07	503.053.000.906-2	Itauninhas	Pinheiros	1.580,60	000726/2012-62
08	501.026.001.465-3	Experincia	Montanha	1.147,00	000571/2012-64
09	506.044.005.088-4	Córrego do Ouro	Muniz Freire	109,50	000897/2012-91
10	506.044.001.678-3	Santa Cruz	Muniz Freire	696,1792	000927/2012-60
11	501.018.008.311-5	Santa Terezinha	Ecoporanga	1.155,80	001079/201214
12	503.045.017.531-0	Barra Seca	Vila Valério	702,10	001081/2012-85
13	501.034.009.547-6	Califórnia	Ponto Belo	1.459,80	001108/2012-30
14	503.053.006.700-3	Alvorada	Pinheiros	444,90	001186/2012-34
15	501.034.004.766-8	Itajuba	Mucurici	1.462,30	001110/2012-17
16	000.027.701.440-8	Conquista	Montanha	1.609,20	001290/2012-29
17	501.018.007.374-8	Vale Dourado do São Mateus	Ecoporanga	1.927,92	001185/2012-90
18	503.053.000.760-4	Rio do Sul	Pinheiros	968,00	001293/2012-62
19	503.053.002.372-3	Guanabara	Pinheiros	1.678,20	001289/2012-02
20	503.053.006.947-2	Tailândia	Pinheiros	1.042,40	001288/2012-50
21	504.050.008.354-9	Boa sorte	Itaguaçu	741,50	001390/2012-55
22	503.061.012.874-7	Berreirinha V	São Mateus	993,00	001530/2012-95
23	503.061.025.658-3	Arurau	São Mateus	973,20	001528/2012-16
25	504.092.006.998-3	Matutina	Laranja da Terra	373,80	001688/2012-65
26	502.014.005.240-9	Bela Vista	Baixo guandu	446,40	001686/2012-76
27	501.018.252.115-2	Boa Vista	Ecoporanga	3.693,10	001551/2012-19
	TOTAL			25.589,66	

3 – Relação dos Imóveis Vistoriados em 2012,

N.º de Ordem	Nome do Imóvel	N.º do Processo (54340)	Município	Cód.INCRA	Área Registrada
01	Fazenda Córrego do Engano	001625/2011-28	Boa Esperança	502.030.000.221-7	467,0548
02	Serra do Presidente	001030/2011-72	Boa Esperança	502.030.004.847-0	1.792,50
03	São José	000410/2012-71	Vila Valerio	503.045.254.231-0	270,2546
04	Córrego da Divisa	000705/2012-47	S.D. do Norte	502.049.016.535-4	890,3912
05	Bom Jesus	000108/2012-12	Ponto Belo	000108/2012-12	735,8195
06	Califórnia	001108/2012-30	Mucurici	501.034.009.547-6	1.459,80
07	Itajubá	001110/2012-17	Ponto Belo	501.034.004.766-8	1.376,4134
08	Rio do Sul	001293/2012-62	Pinheiros	503.053.000.760-4	968,000
09	Floresta	001440/2012-02	Mucurici/Montanha	501.034.007.196-8	7.457,4665
10	Guanabara	001289/2012-02	Pinheiros	503.053.002.372-3	1.635,7533
11	Conquista	001290/2012-29	Montanha	000.027.701.440-8	1.619,2720
12	Alvorada	001186/2012-34	Pinheiros	503.053.006.700-3	444,90
13	Tailândia	001288/2012-50	Pinheiros	503.053.006.947-2	1.042,40
TOTAL					20.160,02

4 – Quadro de desempenho da SR (20)ES:

Ano	Levantamento Prévio		Vistoria Preliminar		Imóveis Improdutivos			Vistoria de Avaliação		Decretos		Assent Desap..	
	Q*	Área	Q	Área	Q	Área	%	Q	Área	Q	Área	Q	Fam.
2001	-	-	22	15.825	04	2.105	18,1	02	580,5	2	580,5	02	55
2002	64	50.230	35	27.006	13	11.100	37,1	05	2.963,	6	2.015,	05	277
2003	122	124.135	31	31.171	16	14.879	51,6	07	2.180,	7	2.180,	04	99
2004	88	64.888	22	17.926	08	6.548	36,3	12	11.317,	14	12.544,	06	411
2005	213	124.487	34	18.638	12	6.097	35,2	06	2.324	06	2.463	04	152
2006	117	54.906	28	19.870	08	4.378	28,5	06	5.511	05	4.967	03	97
2007	78	38.478	35	15.035	07	4.189	20,0	03	3.229	02	888	01	26
2008	43	20.081	33	16.949	04	1.677	12,1	02	839	02	839	01	100
2009	45	64.178	26	19.095	08	4.010	30,7	04	1.715	03	1.248	04	233
2010	19	13.656	09	9.158	0	0	0	09	4.333	07	3.360	01	39
2011	28	24.433	12	12.569	03	886	25	02	857	00	00	03	116
2012	27	26.543,46	13	20.160,02	03	2.929,24	23	0	0	0	0	2	51

Considerando o exposto e os números apresentados, podemos afirmar que ultrapassamos as metas estipuladas na Ação 8387 no ano de 2012, para as duas hipóteses levantadas:

METAS- 2012 Hectare	1-Levantamento Prévio/Hectare.	2-Vistoria Preliminar Hectare.	3-Vistoria de Avaliação/Hectare	Total-1/2/3	%
Apresentada 30.000,00	25.589,66	20.160,02	00	45.749,68	178,7
Real 13.876,00	00	20.160,02	00	20.160,02	145,2

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

Os recursos orçamentário-financeiro destinados a Ação 8387 foram utilizados com as vistorias realizadas, com os trabalhos de levantamento preliminar em 27 imóveis rurais totalizando uma área de 25.586 ha, Vistorias Preliminares em 13 imóveis totalizando 20.160 ha, outras Vistorias (Levantamento Ambiental e adaptação ao Novo fluxo Processual), Perícias Judiciais, e bem como com as atividades da Procuradoria Jurídica no acompanhamento dos processos judiciais que foram em número de 26, em fases distintas (com decreto, sem decreto, ajuizamento, etc.)

Os recursos foram utilizados para pagamento de diárias, manutenção de viaturas, locação de veículos, honorários periciais e passagens aéreas para deslocamentos da Procuradoria Jurídica no acompanhamento dos processos judiciais junto ao TRF da 2ª Região.

META FINANCEIRA		Vistoria Preliminar ha	Vistoria de Avaliação ha	Outras Vistorias ha	TOTAL ha	Custo/ HA	Custo/ Imóvel
Prevista	Realizada						
106.300,00	111.603,91	20.160,02	x	299,7416	20.459,7610	5.454,95	8.584,85

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (RAP)

ORDEM	Unidade de Medida	Meta Física Realizada (exercício anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
01	Projeto Criado	03/ 1.415,01	03	x	03	0
02	Área Vistoriada	12.569				
03	Área Obtida	129,3663 ha	3.459.375,20	x	2.818.804,40	640.570,70
04	Famílias Asentadas	116				
05	Licença Protocolada					
06	Credito Disponibilizado					
07	Casa construída					
08	KM Construídos/Reformados					

Em 2011 foram realizadas 12 vistorias atingindo um área de 12.569,00 ha , foram criados 03 Projetos de Assentamento com área total de 1.415,0116 ha , onde foram assentados 116 famílias de trabalhadores rurais

AÇÃO 4460 - OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA A REFORMA AGRÁRIA

Unidade de Medida	Meta física (PC2012)		Meta Financeira (PC2012)	
	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Área Obtida	731,00	2.356,48	6.415.134,00	2.818.804,40

A meta de Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária em 2012 estipulada para o Espírito Santo foi de 731,00 ha, e para indenização de benfeitorias estavam previstos o valor de R\$ 6.415.134,0. No entanto foram descentralizados em 2012 apenas R\$ 21.603,00 , e contamos com o Resto a Pagar do ano de 2011 no valor R\$ 3.459.375,20.

Foram ajuizadas ações de Desapropriações sobre 04 imóveis rurais perfazendo um total de 2.356,48 ha, no valor de R\$ 2.818.804,40 para indenização de benfeitorias e sobras de TDAs., o que corresponde a R\$ 1.195,19 por ha.

A meta física estipulada de 731 ha, foi ultrapassada atingindo 322,2%, quanto a meta orçamentária prevista R\$ 6.415.134,00 não foi atingida, tendo em vistas que o valor por hectare esta super valorizado , e bem como alguns imóveis indicados continuaram subjuídice, e ficaram valores em restos a pagar para o ano de 2013 no valor total de R\$ 662.173,80.

O grande problema na execução da Reforma Agrária no Estado, além da dificuldade de obter terras improdutivas, os processos ficam parados no poder judiciário, demorando muito nas decisões.

A execução Orçamentária e Financeira da Ação 4460 depende de dois fatores fundamentais, a liberação de recursos orçamentários e financeiros em tempo hábil, e quando do ajuizamento da ação desapropriatória não surgirem impedimentos judiciais. Além é claro, de andamento normal dos processos indicados para a meta de obtenção de terras.

Em 2012 o recurso orçamentário foram gastos no atendimento das seguintes despesas: 1- Pagamento de benfeitorias úteis e necessárias das Fazendas Cobiçada, Esmeralda, Gavião e Floresta e Texas, mais a sobras de TDAs no valor de R\$ 2.818.804,40, 2- Restos a Pagar de 2011 no valor de R\$ 640.567,80 3- Restos a Pagar de 2012 no valor de R\$ 21.603,00

RECURSOS GASTOS NA INDENIZAÇÃO DE BENFEITORIAS EM 2012

A justa indenização dos imóveis desapropriados são feitos em valores para as Benfeitorias e TDAs- Títulos da Dívida Agrária para terra nua.

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA REGISTRADA	VALOR		
			VB	VTN	TOTAL
Esmeralda	Afonso Cláudio	487,04	782.572,26	1.768.220,89	2.550.793,00
Floresta e Texas	São Mateus	702,21	1.083.614,77	3.565.186,43	4.648.801,10
Cobiçada	Barra de São Francisco	421,43	595.618,19	1.154.281,23	1.649.899,42
Gavião	Ecoporanga	745,80	356.999,18	2.110.200,08	2.467.199,10
Total	X	2.356,48	2.818.804,40	8.597.888,40	11.416.702,20

RECURSO EM RESTOS A PAGAR DE 2011

Nome	Município	Área Registrada	Valor		
			VB	VTN	Total
José Angelo Menegatti/ Cachoeira Bonita	Brejetub/Afonso Cláudio	408,52	318.112,39	1.059.694,77	1.377.899,42
Jonas Vieira	Montanha	x	322,100,00	x	x
Fazenda Cotaxe/Sobra de TDAs.	Nova Venécia	x	18,86	x	x
Fazenda Georgina/Sobra de TDAs	São Mateus	x	336,26	x	x
Fazenda Pontal do Jundiá/Sobra de TDAs	Conc. Da Barra	x	0,19	x	x
TOTAL			640.567,80	1.059.694,77	1.700.265,50

RECURSO EM RESTOS A PAGAR 2012

Nome	Município	Área Registrada	Valor		
			VB	VTN	Total
Fiorindo Pancieri	Montanha	x	21.603,00	x	x

RESUMO

Entradas	R\$	Pagamentos de Beneficiárias	Restos a Pagar de 2011	Restos a Pagar de 2012	Saldo
Restos a Pagar de 2011	3.459.375,20	2.818.804,40	640.570,80	x	0
Descentralizado em 2012	21.603,00	x	X	21.603,00	0
TOTAL	3.480.978,20	2.818.804,40	640.570,80	21.603,00	0

Criação de Projetos de Assentamento em 2012

Superando todos os obstáculos jurídicos, burocráticos, e principalmente com os atrasos nas liberações de LP- Licença Prévia, foram criados 02 projetos de Assentamentos de Trabalhadores Rurais com inclusão social de 51 famílias que estavam marginalizados em acampamentos espalhados no Estado, somam-se mais 04 pessoas por família dando um total de 204 brasileiros atendido com a Reforma Agrária.

IMÓVEL	PROJETO	MUNICIPIO	ÁREA	FAMILIAS
30 DE MAIO	VERINO SOSSAI	MONTANHA	111,0038	11
GAVIÃO	NOVO SONHO	ECOPORANGA	745,7998	40
TOTAL	X	X	856,8036	51

famílias no exercício 2012, distribuídas em 20 projetos de assentamentos, sendo 11 famílias no Projeto de Assentamento Verino Sossai e 30 famílias no Projeto de Assentamento Novo Sonho, ambos criados no mesmo exercício, e as restantes 37 famílias em assentamentos já existentes, conforme tabela abaixo:

AÇÃO 8384 – CADASTRO E SELEÇÃO DE FAMÍLIAS PARA O PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA.

Famílias Assentadas em Projetos de Assentamento Criados em Anos Anteriores:

PROJETOS DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	Nº FAMILIAS
VALDÍCIO BARBOSA DOS SANTOS	CONCEIÇÃO DA BARRA	01
22 DE JULHO	ECOPORANGA	01
FLORESTA	ALEGRE	01
PAULO VINHAS	CONCEIÇÃO DA BARRA	01
LUIZ TALIULY NETO	GUAÇUÍ	03
ITA	ITAGUAÇU	02
3 CORAÇÕES	B. DE SÃO FRANCISCO	02
NOVA SAFRA	ITAPEMIRIM	01
17 DE ABRIL	MUQUI	01
ROSA DE SARON	AGUIA BRANCA	01
SANTA CLARA	VIANA	06
SÃO SEBASTIÃO	MONTANHA	01
BOA VISTA	ECOPORANGA	01
OZIEL ALVES	MONTANHA	03
SEZINIO FERNANDES DE JESUS	LINHARES	01
LIRIO DOS VALES	ECOPORANGA	04
ARLOS LAMARCA	NOVA VENECIA	02
CACHOEIRA DAS GARÇAS	MIMOSO DO SUL	05
18 PROJETOS DE ASSENTAMENTOS	TOTAL	37

Fonte: SR(20)T2

Famílias Assentadas em Projetos de Assentamento Criados em 2012:

PROJETOS DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	Nº FAMILIAS
VERINO SOSSAI	MONTANHA	11
NOVO SONHO	ECOPORANGA	30
2 PROJETOS DE ASSENTAMENTO	TOTAL	41

Fonte: SR(20)T2

Cumprimento das metas físicas: Esse número de famílias assentadas (78) encontra-se bem abaixo da meta estabelecida para o exercício 2012 (pouco mais de 52% do que fora estipulado). Todavia, convém ressaltar que essa meta é estabelecida a partir dos processos de desapropriação de imóveis improdutivos em andamento na superintendência, e como o andamento destes processos envolve além das etapas administrativas também fases em âmbito judicial, sua conclusão envolve fatores externos à autarquia, o que pode ocasionar – como de fato ocasionou - o não cumprimento das metas inicialmente projetadas.

Desta forma, a meta de assentamento oneroso (envolvendo desapropriação e/ou compra de terras) para o ano de 2012 foi prejudicada, pois ao início do exercício 2012 contávamos com os seguintes imóveis para criarmos novos projetos de assentamentos e cujo trâmite, entretanto, não foi concluído até o término do exercício:

Relação de imóveis previstos para desapropriação em 2012:

IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA	FAMILIAS	SITUAÇÃO
Floresta e Texas	São Mateus	622,1430	31	Sub-júdice
Cachoeira Bonita	Afonso Cláudio	408,5200	19	Sub-júdice
Esmeralda	Afonso Cláudio	487,0300	23	Sub-júdice
São Lucas	Ecoporanga	375,6000	18	Sub-júdice
Primavera	São Mateus	624,2200	34	Sub-júdice
Cobiçada	Barras S. Francisco	421,6000	28	Sub-júdice
Total	-----	2.939,1130	153	-----

Fonte: Divisão de Obtenção de terras e Implantação de Projetos de Assentamento – SR(20)T

O Projeto de Assentamento Novo Sonho, originário da Fazenda Gavião, município de Ecoporanga-ES, contempla 40 unidades agrícolas, mas, por motivo de segurança foram assentadas apenas 30 famílias, ficando as demais vagas para serem ocupadas, após estudo da capacidade de suporte, a ser realizado em 2013, tendo em vista, que da época da vistoria inicial até a imissão na posse passaram se vários anos, podendo haver alteração nas áreas de preservação ambiental.

Ações que causaram problemas na execução: A meta prevista para 2012, foi também prejudicada pela greve existente no período, com paralisação de aproximadamente 90 dias e pelo arresto e contenção dos recursos financeiros disponíveis na superintendência, sendo centralizados em Brasília, provocando contingenciamento e liberação insuficiente e fora de prazo para atender a demanda do Cadastro e Seleção de Famílias a serem homologadas.

AÇÃO 8374 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL

LICENCIAMENTO AMBIENTAL		LICENÇAS R\$	PUBLICAÇÃO R\$	DIÁRIAS R\$	DESPESAS ADMINISTRATIVAS R\$
PAs	Fazenda Gavião	3.934,99	3.660,20	9.357,19	15.222,89
	Nova Esperança				
	Boa esperança				
	Guanabara				
TOTAL REALIZADO R\$					32.175,27

AÇÃO 0427 – CRÉDITOS INTALAÇÃO

Crédito Empenhados em 2011 e pagos em 2012 (RAP)				
Modalidade	Famílias Atendidas	PA	Valor Unitario	Valor Total
Fomento	100	Franqueza e Realeza	R\$ 3.200,00	R\$ 320.000,00
Aquisição Material de Construção	39	Adão Preto	R\$ 15.000,00	R\$ 585.000,00
Aquisição Material de Construção	100	Franqueza e Realeza	R\$ 15.000,00	R\$ 1.500.000,00
TOTAL	272			

Créditos Empenhados e Pagos em 2012				
Modalidade	Famílias Atendidas	PA	Valor Unitario	Valor Total
Apoio Inicial	3	Valmir Antonio Barbosa	R\$ 3.200,00	R\$ 9.600,00
Apoio Inicial	2	Carlos Lamarca	R\$ 3.200,00	R\$ 6.400,00
Apoio Inicial	1	São Sebastiao	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00
Apoio Inicial	11	Verino Sossai	R\$ 3.200,00	R\$ 35.200,00
Apoio Mulher	16	Zumbi dos Palmares	R\$ 3.000,00	R\$ 48.000,00
Apoio Mulher	13	Zumbi dos Palmares	R\$ 3.000,00	R\$ 39.000,00
Apoio Mulher	11	Zumbi dos Palmares	R\$ 3.000,00	R\$ 33.000,00
Apoio Mulher	10	Rio Quartel	R\$ 3.000,00	R\$ 30.000,00
Apoio Mulher	9	Tomazzini	R\$ 3.000,00	R\$ 27.000,00
Apoio Mulher	8	Tomazzini	R\$ 3.000,00	R\$ 24.000,00
Apoio Mulher	5	Sezínio F. de Jesus	R\$ 3.000,00	R\$ 15.000,00
Apoio Mulher	6	Sezínio F. de Jesus	R\$ 3.000,00	R\$ 18.000,00
Apoio Mulher	6	Sezínio F. de Jesus	R\$ 3.000,00	R\$ 18.000,00
Apoio Mulher	4	Sezínio F. de Jesus	R\$ 3.000,00	R\$ 12.000,00
Apoio Mulher	3	Madre Cristina	R\$ 3.000,00	R\$ 9.000,00
Apoio Mulher	3	Madre Cristina	R\$ 3.000,00	R\$ 9.000,00
Apoio Mulher	3	Madre Cristina	R\$ 3.000,00	R\$ 9.000,00
Apoio Mulher	5	Sezínio F. de Jesus	R\$ 3.000,00	R\$ 15.000,00
Apoio Mulher	8	Castro Alves	R\$ 3.000,00	R\$ 24.000,00
Apoio Mulher	6	Castro Alves	R\$ 3.000,00	R\$ 18.000,00
Apoio Mulher	4	Florestan Fernandes	R\$ 3.000,00	R\$ 12.000,00
Apoio Mulher	3	Rio Quartel	R\$ 3.000,00	R\$ 9.000,00

Apoio Mulher	3	Monte Alegre	R\$ 3.000,00	R\$ 9.000,00
Apoio Mulher	3	Zumbi dos Palmares	R\$ 3.000,00	R\$ 9.000,00
Apoio Mulher	6	Castro Alves	R\$ 3.000,00	R\$ 18.000,00
Apoio Mulher	5	Sezínio F. de Jesus	R\$ 3.000,00	R\$ 15.000,00
Apoio Mulher	11	Zumbi dos Palmares	R\$ 3.000,00	R\$ 33.000,00
Apoio Mulher	14	Zumbi dos Palmares	R\$ 3.000,00	R\$ 42.000,00
Apoio Mulher	6	Oziel Alves	R\$ 3.000,00	R\$ 18.000,00
Apoio Mulher	10	Adriano Machado	R\$ 3.000,00	R\$ 30.000,00
Apoio Mulher	8	Padre Pedro	R\$ 3.000,00	R\$ 24.000,00
Apoio Mulher	24	Nova Vitória	R\$ 3.000,00	R\$ 72.000,00
Apoio Mulher	7	Oziel Alves	R\$ 3.000,00	R\$ 21.000,00
Apoio Mulher	3	Teixeirinha	R\$ 3.000,00	R\$ 9.000,00
Apoio Mulher	5	Castro Alves	R\$ 3.000,00	R\$ 15.000,00
Apoio Mulher	26	Oziel Alves	R\$ 3.000,00	R\$ 78.000,00
Apoio Mulher	11	Castro Alves	R\$ 3.000,00	R\$ 33.000,00
Apoio Mulher	5	Valdício Barbosa dos Santos	R\$ 3.000,00	R\$ 15.000,00
Aquisição Material de Construção	1	Travessia	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Aquisição Material de Construção (complementação)	2	Santa Clara	R\$ 7.000,00	R\$ 14.000,00
Aquisição Material de Construção (complementação)	1	Rancho Alegre	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Aquisição Material de Construção (complementação)	2	Santa Clara	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00
Aquisição Material de Construção (complementação)	100	Franqueza e Realeza	R\$ 10.000,00	R\$ 1.000.000,00
Fomento	20	Valmir Antonio Barbosa	R\$ 3.200,00	R\$ 64.000,00
TOTAL	413			

No exercício de 2012 foram aplicados várias modalidade de crédito no âmbito da SR 20-ES, conforme demonstrado na tabela acima, superando a meta prevista muitas vezes.

CASAS CONSTRUÍDAS E/OU REFORMADAS EM 2012

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	Nº DE CASAS CONCLUÍDAS
Castro Alves	Pedro Canário	5
Paulo Vinhas	Conceição da Barra	5
Valdício Barbosa dos Santos	Conceição da Barra	3
Sezínio Fernandes de Jesus	Linhares	17
Otaviano Rodrigues de Carvalho	Ponto Belo	18
Santa Fé	Apiacá	5
Santa Rita	Bom Jesus do Norte	10
Monte Alegre	Muqui	7
Rancho Alegre	Mimoso do Sul	15
Nova Safra	Itapemirim	6
Che Guevara	Mimoso do Sul	2
Florêncio Tozzo	Mantenópolis	27
Travessia	Nova Venécia	1
Madre Cristina	Pancas	16
São Sebastião	Montanha	60
Palestrina	Mimoso do Sul	33
Total de casas concluídas		230

No exercício de 2012 o crédito instalação nas modalidades Apoio Inicial, Fomento, Apoio Mulher, Aquisição de Materiais de Construção e Aquisição Material de Construção - Complementação foram concedidos a 413 (quatrocentos e TREZE) beneficiários (as) conforme estabelecido na norma de Execução nº 79 de 26/12/2008, a Norma de Execução nº 86 de 04/11/2009 que da nova redação aos artigos 3º, 12, 20, 22, 25, 36, 38, 40, 45 e 47 da NE 79/2008 e a Instrução Normativa nº 74 de 14/11/2012.

A dificuldade maior da aplicação dos créditos é o pequeno número de técnicos na Divisão de Desenvolvimento trabalhando na aplicação de créditos e a falta de assistência técnica, ATEs, que dá o suporte aos técnicos do INCRA.

AÇÃO 8396 - ACESSO A ÁGUA E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS

- **Construção de 4 barragens de terra no PA Oziel Alves no Município de Montanha.**

Processo: SR(20)ES 54.340.001035/2011-03

Tomada de Preços INCRA/SR-20/N.º 01/2012

Zamar Construções e Serviços Ltda- EPP

Contrato CRT/ES/N.º 07/2012 e Termos Aditivos de CRT/ES/N.º 01/2010 e 02/2013

Famílias beneficiadas: 35

Valor Empenhado Contrato - 2012NE800301 – R\$ 453.017,15

Valor Empenhado Aditivo - 2012NE800477 - R\$ 37.082,88

Valor Pago: R\$ 314.635,17

Inscritos em Restos a Pagar: R\$ 175.464,86

Obs. Obra concluída em 2013 e devidamente recebida e quitada pelo INCRA.

- **Construção de 8 barragens de terra no PA Adriano Machado**

Processo nº 54340.001063/2012-01

Tomada de Preços 06/2012

Contractlog Construtora Terraplanagem e logística Ltda

Famílias beneficiadas: 73

Valor Empenhado 2012NE800606 - R\$ 1.188.021,68

Inscritos em Restos a Pagar: R\$ 1.188.021,68

Obs. Obra não iniciada devido a problemas financeiros da empresa contratada. Processo devidamente encaminhado à PFE/ES pra providências cabíveis, visando o destrato contratual.

- **Contratação de Horas máquinas para execução de reparos nas estradas e acessos no PA Madre Cristina no Município de Pancas devido às fortes chuvas que assolaram o município.**

Processo 54.340.001522/2012-49

Dispensa de Licitação

Tiago Teixeira da Silva ME

Famílias beneficiadas 35

Valor Empenhado: R\$ 2.850,00

Valor inscrito em restos à pagar R\$ 2.850,00

- **Projeto de ampliação do Centro de Formação de Agricultores dos Assentamento da Reforma Agrária do Espírito Santo.**

Processo 54.340001723/2012-46

Proposta de Convênio formulada pela Prefeitura Municipal de São Mateus – Convênio 778198/2012

Valor Empenhado R\$ 315.431,82

Valor inscrito em restos a pagar R\$ 315.431,82

Valor Empenhado: R\$ 38.015,87

Valor pago: R\$ 29.351,06

Valor inscrito em restos a pagar R\$ 8.664,81

- **Construção de 2 barragens de concreto no PA Oziel Alves no Município de Montanha**

Processo: SR(20) ES 54.340000581/2012-08

Valor da obra: R\$ 348.590,37

Essa licitação resultou fracassada nas 04 vezes que foi publicada por desinteresse das empresas pelo valor da obra, que entenderam ser insuficientes pela complexidade da obra. Neste caso o INCRA nada pode fazer pois os parâmetros de preços utilizados foram os oficiais, e determinados legalmente.

Quanto aos demais recursos financeiros, foram utilizados para custear os deslocamentos a campo, os custos com diárias, combustível e manutenção de viaturas necessárias à execução das atividades do Programa.

Devido às infrutíferas tentativas de contratar, via licitação, as obras de barragens de concreto do PA Oziel Alves e da desistência do contrato (solicitação de Destrato) por parte da empresa ganhadora da licitação para construção das 8 barragens de terra do PA Adriano

Machado, as metas de obras de abastecimento de água ficaram aquém das estabelecidas, apesar dos esforços da Superintendência do Espírito Santo.

Considerando que a proposta de Convênio formulada pela Prefeitura Municipal de São Mateus para ampliação do Centro de Formação de Agricultores dos Assentamento da Reforma Agrária do Espírito Santo ao final do exercício onde foram empenhados os recursos acima discriminados, porém não houve tempo hábil para análise técnica e jurídica durante o exercício de 2012.

Quadro A.4.2.1.d – Objetivos de programa temático – Objetivo 0421

Identificação do Objetivo						
Código	0421					
Descrição	Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.					
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
162.562,35	115.256,76	93.815,33	-	21.441,43	93.815,32	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Conceder 50 mil títulos às famílias assentadas e às entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso (Ação 4358)	Documento de titulação expedido	52	63	15.250,00	7.724,43
2	Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento (Ação 2B06)	Assentamento beneficiado	6	1	33.579,00	16.870,01
3	Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização (Ação 4230)	Família beneficiada	308	-	130.233,00	69.220,89

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4358** - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento; **2B06** - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e **4320** - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de titulação expedido*					
2	Assentamento beneficiado**					
3	Família beneficiada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

AÇÃO 4358 - EMISSÃO DE CONTRATOS DE CONSEQÜO DE USO - CCU

PA	Município	CCU's Emitidos em 2012
03 Corações	Barra de São Francisco	2
Adão Preto	Nova Venécia	3
Boa Esperança	Alto Rio Novo	2
Córrego do Augusto	Nova Venécia	1
Georgina	São Mateus	2
José Marcos de Araújo Santos	Presidente Kennedy	3
Laje	Alto Rio Novo	2
Santa Rita	Bom Jesus do Norte	2
Padre Pedro	Mantenópolis	1
Sezínio Fernandes de Jesus	Linhares	3
Castro Alves	Pedro Canário	1
Nova Safra	Itapemirim	2
Otaviano Rodrigues de Carvalho	Ponto Belo	6
Oziel Alves	Montanha	3
Luiz Taliuly Neto	Guaçu	4
Monte Alegre	Muqui	1
Valmir Antonio Barbosa	São Gabriel da Palha	8
Ita	Itaguaçu	2
Lírio dos Vales	Ecoporanga	1
Paulo Vinhas	Conceição da Barra	5
Zumbi dos Palmares	São Mateus	4
Travessia	Nova Venécia	1
Carlos Lamarca	Nova Venécia	2
Valdício Barbosa dos Santos	Conceição da Barra	2
TOTAL		63

Com relação à ausência de emissão de Títulos Definitivos e a considerável redução no número de CCU's emitidos em 2012, isto se deve às condições gerais estabelecidas pela Instrução Normativa nº 30 de 24 de fevereiro de 2006 tanto para transferência provisória quanto definitiva da posse das áreas dos projetos de assentamento aos beneficiários, uma vez que a maioria dos projetos de assentamento na jurisdição da SR(20)ES não atendem atualmente as citadas condições.

Quanto aos recursos financeiros, foram utilizados para custear os deslocamentos a campo, os custos com diárias, combustível e manutenção de viaturas necessárias à execução das atividades do Programa.

AÇÃO 2B06 – GESTÃO AMBIENTAL

GESTÃO AMBIENTAL REALIZADA	DIÁRIAS R\$	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
	11.809,007	5.061,003	
Total realizado R\$			16.870,01

As atividades de campo nos projetos de assentamentos são interdependentes, quando de uma visita a campo são vistas demandas de licenciamento assim como de gestão.

As atividades de gestão foram realizadas em alguns Pas que não possuem ainda condicionantes ambientais, embora o pedido de licenças já tenham sido protocolados, mas sabedores que o órgão ambiental vem exigindo algumas condicionantes como padrões, fizemos uma ação de gestão antecipando a solicitação que virá determinada nas condicionantes quando da obtenção da licença, por exemplo (colocação de placas identificando o número da licença, cercamento de nascentes, etc.)

Muitas das ações foram determinadas por demandas judiciais, denúncias e acidentes ambientais que tanto eram vinculadas a demandas de licenças, como de gestão.

Razão pela qual varias atividades de gestão foi realizada com recursos da fiscalização, conforme pode se verificar nas planilhas acima.

AÇÃO 4230 - PROJETOS DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO**APOIO A 8ª FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA DO ESPÍRITO SANTO- FEAFES 2012**

- **LOCAÇÃO DE PALCO E ILUMINAÇÃO**

Processo 54.340.000964/2012-78
Valor Empenhado e pago R\$ 7.500,00
Mais Estruturas Locação de Tendas e Brinquedos Ltda- ME

- **CONFECÇÃO DE AVENTAIS**

Processo 54.340.000967/2012-10
Valor Empenhado e pago R\$ 7.650,00
Rosana Correia Ribeiro – ME

- **CONFECÇÃO DE CAMISAS**

Processo 54+340.000968/2012-56
Valor Empenhado e pago R\$ 7.750,00
Rosana Correia Ribeiro

- **LOCAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS**

Processo 54.340.000965/2012-12
Valor Empenhado e pago R\$ 5.000,00
Mais Estruturas Locação de Tendas e Brinquedos Ltda- ME

- **CONFECÇÃO DE SACOLAS COM ALÇAS**

Processo 54.340.000969/2012-09
Valor Empenhado e pago R\$ 6.000,00
Proplástico Indústria e Comércio Ltda ME

- **SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO**

Processo 54.340.000966/2012-67
Valor Empenhado e pago R\$ 6.800,00
Gelson da Silva Souza Jr. ME

- **SERVIÇO DE HOSPEDAGEM COM CAFÉ DA MANHÃ**

Processo 54.340.000957/2012-76
Valor Empenhado e pago R\$ 15.999,00
Lila Turismo Ltda

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE PARA EVENTO GRANEXPOES

Processo 54.340.001085/2012-63
Valor Empenhado e pago R\$ 11.834,35
AZ Turismo e Viagens Ltda

CONTRATAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE GALPÃO PARA BENEFICIAMENTO DE CAFÉ E PIMENTA DO REINO

PROCESSO 54.340.001411/2012-32
Pregão Eletrônico
Valor empenhado R\$ 14.400,00
Valor inscrito em restos a pagar R\$ 14.400,00
EMBRAEST – Empresa Brasileira

Quanto aos demais recursos financeiros foram utilizados para custear combustível necessário à execução das atividades do Programa.

A SR(20)ES já há alguns anos ajuda a patrocinar a FEAFES – Feira da Agricultura Familiar e Reforma agrária como forma de apoiar os empreendimentos de agroindustrialização e comercialização dos assentados do Espírito Santo. Vários assentamentos, de todas as

regiões do Estado participaram produzindo e comercializando da agroindústria familiar e proporcionando o intercâmbio de experiências entre os assentados e outros grupos organizados do segmento da agricultura familiar.

Quadro A.4.2.1.e – Objetivos de programa temático – Objetivo 0422

Identificação do Objetivo						
Código	0422					
Descrição	Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.					
Programa	2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Atender 8.000 jovens e ou adultos (Ação 4474)	Trabalhador escolarizado	-	-	-	-
2	Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social (Ação 6952)	Profissional capacitado	-	-	-	--
3	Manter 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente (Ação 8370)	Profissional formado	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4474** - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); **6952** - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e **8370** - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador escolarizado**					
2	Profissional capacitado**					
3	Profissional formado**					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Não houve atividades nas Ações 6952, 4474 e 8370 durante o exercício de 2012 nesta UJ.

4.1.2.2 Objetivo Vinculado ao Programa 2012

Quadro A.4.2.2 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0412

Identificação do Objetivo	
Código	0412

Descrição	Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.					
Programa	2012 – Agricultura Familiar					
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
368.753,65	3.685.169,38	2.305.122,87	-	1.380.046,51	2.305.122,87	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária (Ação 4470)	Família assistida	3.607	3.728	3.722.817,00	2.305.122,87
2	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado (Ação 4470)	Família assistida	-	-		
3	Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres (Ação 4448)	Agente formado	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **4470** - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e **4448** - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família assistida**					
2	Família assistida**					
3	Agente formado*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

AÇÃO 4470 - ATES

Processo da Chamada Pública – 54340.000198/2011-61

Vigência – 29/08/2011 a 28/08/2012

Aditivo – prorrogou por 120 dias, com suspensão da prestação pelo mesmo período (ou seja, apenas dilatou a vigência para o encerramento do processo de pagamento ocorrer dentro da vigência contratual)

Vigência aditivo – 29/08/2012 a 27/12/2012, assinado em 29/08/2012.
Tabela com o N° dos contratos

N° do Lote	N° do Contrato	PRESTADORA DE SERVIÇO
01	ES11/2011	COOPTRAES
02	ES12/2011	COOPTRAES
03	ES13/2011	COOPTRAES
04	ES14/2011	ATERPLAN
05	ES15/2011	ATERPLAN
06	ES16/2011	COOPTRAES
07	ES17/2011	COOPTRAES
08	ES18/2011	ATERPLAN

Os recursos financeiros desta ação foram utilizados conforme abaixo:

Empresa	Valores Empenhados	Valores Pagos	Valores Inscritos em Restos a Pagar
COOPTRAES – Cooperativa de Prestação de Serviços da Reforma Agrária	R\$ 2.198.712,24	R\$ 1.301.216,66	R\$ 897.495,58
ATERPLAN	R\$ 1.085.337,10	R\$ 766.904,94	R\$ 318.432,16
CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	R\$ 339.016,31	R\$ 195.182,50	R\$ 143.833,81
TOTAL	R\$ 3.623.065,25	R\$ 2.263.304,10	R\$ 1.359.761,55

Quanto aos demais recursos financeiros, foram utilizados para custear os deslocamentos a campo, os custos com diárias, combustível e manutenção de viaturas necessárias à execução das atividades do Programa.

Processos decorrentes dos contratos

Lote	N° Processo de Pagamento (2011)	N° Processo de Pagamento (2012)	N° Processo de Fiscalização	N° do Processo de Penalidades
01	001144/2011-12	000021/2012-45	000712/2012-49	001763/2012-98
02	001141/2011-89	000016/2012-32	000711/2012-02	000060/2013-23
03	001140/2011-34	000018/2012-21	000710/2012-50	001764/2012-32
04	001139/2011-18	000020/2012-09	000713/2012-93	
05	001138/2011-65	000015/2012-98	000716/2012-27	000061/2013-78
06	001143/2011-78	000014/2012-43	000709/2012-25	
07	001142/2011-23	000019/2012-76	000715/2012-82	000079/2013-70
08	001137/2011-11	000017/2012-87	000714/2012-38	000078/2013-25

Comissão de Chamada Pública, instituída através da Ordem de Serviço/INCRA/SR-20/Nº88/2010, de conformidade com o que consta no Processo Administrativo/INCRA/SR-20/Nº 54340.000198/2011-61, e de acordo com as disposições constantes na Lei Nº8.666/93 e suas alterações posteriores, na Lei 12.188/2010, Decreto 7.215/2010, Portaria/INCRA/P/Nº581/2010, Nota Técnica/INCRA/DD/Nº01/2010, IN/SLTI/MPOG/Nº02, de 30 de abril de 2008 e no Manual Operacional de ATES 2008, procedeu a Chamada Pública nº 01/2011 em 02 de maio de 2011, visando a contratação de Pessoa Jurídica, para execução indireta, sob o regime de EMPREITADA POR MELHOR TÉCNICA para a seleção de entidade(s) executora(s) de assistência técnica e extensão rural para prestar serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES, incluindo a elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos – PDA, para atender às famílias assentadas em projetos de assentamento de reforma agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA, no estado do Espírito Santo, no contexto da implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

O público beneficiário são os assentados nos projetos de assentamento de reforma agrária com base nos assentamentos de sua circunscrição.

A referida equipe organizou os assentamentos em Núcleos Operacionais (NO) e reuniu os dados básicos referentes aos projetos com uma síntese da aplicação de políticas públicas de desenvolvimento. Para efeitos de consideração das famílias regulares, listadas em Relação de Beneficiários do INCRA, adotou-se percentual de 95% de famílias por Núcleo Operacional.

Núcleos Operacionais no Estado do Espírito Santo				
Lote	UF	Municípios onde se localizam parte (ou a totalidade) dos assentamentos	Nº de Assentamentos	Total de famílias
01 – São Mateus	ES	São Mateus, Conceição da Barra, Pinheiros e Jaguaré.	14	514
02 – Fundão	ES	Fundão, Itarana, Laranja da Terra, Itaguaçu, Linhares, Viana e Santa Tereza.	7	314
03- Montanha	ES	Montanha, Pinheiros, Mucurici, Ecoporanga, Ponto Belo.	12	651
04- Ecoporanga	ES	Ecoporanga, Barra de São Francisco e Vila Pavão.	8	599
05- Alto Rio Novo	ES	Alto Rio Novo, Mantenópolis e Pancas.	8	279
06 - Nova Venécia	ES	Nova Venécia, Águia Branca e São Gabriel da Palha.	15	434
07 – Mimoso do Sul	ES	Mimoso do Sul, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Pres. Kennedy, Apiacá, Bom Jesus do Norte, Guaçuí, Muqui e Jerônimo Monteiro.	12	652
08- Alegre	ES	Alegre, Muniz Freire, Guaçuí e São José do Calçado.	5	286
TOTAL			81	3729

No decorrer do ano de 2012 os 8 contratos de assistência técnica foram executados e acompanhados pelo monitoramento no SIATER e fiscalizados por comissão instituída por ordem de serviço específica. Foram abertos processos para pagamento de cada um dos contratos no ano de 2012 e outros 08 processos de fiscalização.

Como os pagamentos são feitos por metas executadas, e as empresas não cumpriram os cronogramas dos planos de trabalho contratado, os valores previstos de pagamento são bem maiores do que o que efetivamente pagos, gerando essa diferença entre o programado e o executado.

Cumprimento das metas físicas

A quantidade de famílias atendidas atingiu a meta, no entanto, o orçamento previsto não foi executado em função das seguintes dificuldades na gestão dos contratos de ATER na SR(20):

- 1) Entidades contratadas insistiram em não executar os serviços em acordo com o pactuado em contrato e se atrasaram para inserção e correção de relatórios no Siater – Sistema Informatizado de ATER, dificultando as ações de monitoramento dos contratos e, consequentemente, sua execução financeira. Somada à incipiente fiscalização de campo realizada nos primeiros meses dos contratos (em função de insuficiência de recursos para deslocamento e diárias, recursos humanos e estrutura no órgão), a lentidão na adoção das medidas saneadoras/disciplinares sugeridas pelos asseguradores dos contratos também contribuiu para esta situação;
- 2) Dificuldade em captar, via edital de chamada pública, a complexidade das ações necessárias à ATER. A realidade de campo demonstra situações de difícil captação por metas;
- 3) Ocorrência de greve na Superintendência, entre 26 de junho e 12 de setembro de 2012, demonstrando a insuficiência do órgão em prover o devido acompanhamento dos serviços, mesmo contando com 60% da força de trabalho que não aderiu;
- 4) O Siater, durante todo o período de contrato, apresentou-se falho e moroso, sendo que, nos primeiros meses, ainda não apresentava funções básicas, dentre elas a possibilidade de inserir beneficiários da reforma agrária como participantes das atividades. A defasagem em relação ao SIPRA, durante todo o ano de 2012, também dificultou sobremaneira e o suporte técnico oferecido foi extremamente precário, principalmente no primeiro semestre de 2012;
- 5) Em função de tratar-se de modalidade de contratação de serviços de ATER recente e complexa, da ausência de um núcleo de contratos nesta Superintendência, da insuficiente capacitação e inadequação de formação da equipe de asseguradores e fiscais (formada, predominantemente, por engenheiros agrônomos, sem a participação de advogados, administradores ou contadores) e das contradições e lacunas existentes nas normas internas sobre a fiscalização em campo, os trabalhos de gestão dos contratos desta Superintendência não lograram a eficiência necessária;
- 6) A nova lei de ATER e demais regulamentos relacionados implantaram inovações que tornaram os trabalhos mais complexos, demandando maior profissionalização e tempo de dedicação das equipes que atuam na gestão/fiscalização e formulação de instrumentos convocatórios (termo de referência/projeto básico e edital de chamada pública). A SR(20) foi uma das primeiras do país a contratar mediante novo marco regulatório. Este elemento de inovação pode ter contribuído para o não atingimento da meta financeira.

4.1.2.3 Objetivo Vinculado ao Programa 2034

Quadro A.4.2.3 – Objetivos de programa temático – Objetivo 0987

Identificação do Objetivo	
Código	0987
Descrição	Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios

		Quilombolas.				
Programa		2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial				
Órgão Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida 48.500,00		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos 38.779,87
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
		43.583,86	38.779,87	0,00	4.803,99	
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição (Meta PPA 2012-2015)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares (Ação 0859)	Área indenizada	-	-	0,00	0,00
2	Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias (Ação 20T1)	Área reconhecida	-	-	53.500,00	38.779,87
3	Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias (Ação 20T1)	RTID publicado	-	3		
4	Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas (Ação 20T1)	Título expedido	-	-		

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária deste objetivo diz respeito à soma das Ações **0859** - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos e **20T1** - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Unidade de Medida	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área indenizada*					
2	Área reconhecida*					
3	RTID publicado*					
4	Título expedido*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Apesar de não ter havido nenhuma titulação de território até o término do exercício 2012, neste ano (assim como nos demais) houve uma série de gastos com as ações necessárias ao cumprimento da instrução processual necessária à obtenção do título de domínio segundo o Artigo 68 das ADCT e o Decreto 4.887/2003, regulamentado atualmente pela IN 57/2009. Como consta na tabela inicial dessa seção, gastou-se na execução das ações desse programa uma quantidade de recursos bem inferior ao que inicialmente estava previsto para o exercício, o que ocorreu devido à uma série de circunstâncias que limitaram a força de trabalho do Serviço de Regularização da SR(20)/ES.

O Setor de Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas iniciou o exercício com apenas dois servidores ali lotados, sendo um efetivo e o outro ocupante de função comissionada. Dois servidores efetivos foram nomeados em março, em virtude do concurso público, entrando em exercício entre os meses de abril e maio. Todavia, pouco mais de dois meses depois foi deflagrada a greve na autarquia, a qual durou até meados do mês de setembro. Ao término da greve, um desses dois servidores recém-nomeados pediu exoneração, no início de setembro, e uma servidora saiu em licença maternidade no início de outubro. Desta forma, durante praticamente todo o exercício as ações do programa contaram apenas com a força de trabalho de dois servidores, passando ainda por um período de quase três meses de greve, o que explica a execução de bem menos ações do que o programado.

previamente. Os gastos com as ações do programa nesse exercício referiram-se basicamente aos custos para o deslocamento necessário à sua execução: pagamento de indenização de diárias a servidores, além de abastecimento e manutenção de viaturas.

A seguir consta um resumo da situação de cada processo administrativo de titulação territorial a comunidades quilombolas atualmente em andamento no INCRA/ES e as ações a ele referentes executadas no exercício 2012.

Comunidade de Serraria e São Cristóvão (São Mateus/ES)

Processo: 54340.000582/2005-15

Ao início do exercício 2012, o processo da comunidade de Serraria e São Cristóvão encontrava-se com Decreto presidencial publicado (o que ocorreu em dezembro de 2010), com a avaliação dos imóveis inseridos em seu perímetro ainda pendente de serem realizadas para se providenciar os recursos para indenização e assim proceder ao ajuizamento da ação judicial visando consolidar a desapropriação.

Em virtude dos conflitos envolvendo os proprietários a serem desapropriados, que culminaram com a obstrução das ações do INCRA e ameaças à integridade física dos servidores que as executavam em setembro de 2011, houve a necessidade de deslocamentos de servidores e da autoridade máxima da superintendência para audiências com o Ministério Público Federal e com a Ouvidoria Agrária Nacional, que em sua maioria ocorreram no município de São Mateus.

Entre abril e maio de 2012 procedeu-se à vistoria de avaliação de todos os 18 imóveis inseridos no perímetro do território, os quais somam pouco mais de 1.219 hectares. Todavia, o andamento do processo foi suspenso poucos meses depois em virtude de decisão judicial em caráter liminar decorrente de três ações ajuizadas pelos entes a serem desapropriados. O INCRA entrou com recurso em 2ª instância, o qual até o término desse relatório ainda não havia sido apreciado.

Comunidades de Angelim e Roda D'água (ambas situadas em Conceição da Barra/ES)

Processos: 54340.000131/2012-15 (Angelim) / 54340.001365/2011-91 (Roda D'água)

Em virtude da solicitação por parte dessas comunidades, foram abertos os respectivos processos para sua regularização territorial entre no fim de 2011. Tendo em vista a carência de força de trabalho das Superintendências Regionais, a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, juntamente com a Direção Administrativa do INCRA/Sede, procederam à contratação, via licitação, da produção dos Relatórios Antropológicos destas duas comunidades, ficando a cargo da empresa S.A.Consultoria em Gestão de Processos.

Todavia, desde então houve a necessidade de acompanhamento desses trabalhos, por parte de servidores do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA-SR(20)/ES, inicialmente para apresentação da equipe da referida empresa às comunidades, bem como para exposição de quais eram os requisitos processuais para consolidação da regularização territorial e como correriam os trabalhos de produção dos Relatórios Antropológicos, e posteriormente para fiscalizar o andamento dos serviços contratados e notificar interessados, o que também exigiu diversos deslocamentos a campo e, conseqüentemente, gastos com seu custeio.

O prazo inicial para entrega dos produtos seria até o término de julho de 2012, o qual, entretanto, fora prorrogado em virtude da greve na autarquia (o que comprometeu, por exemplo, os trabalhos de notificações, muitas vezes fundamentais à continuidade dos trabalhos da equipe da empresa contratada, muitos dos quais somente foram realizados após a greve, já na segunda metade de setembro de 2012), sendo acordado para janeiro de 2013.

Comunidade de Linharinho (Conceição da Barra/ES)

Processos: 54340.000674/2004-14 (antigo, já arquivado) / 54340.001431/2012-11 (atual)

O processo inicial de titulação da comunidade de Linharinho, aberto em 2004, foi arquivado em 2011 em virtude de uma Decisão Judicial em 2ª instância, sobre a qual não coube mais recursos (negado pelo STJ, que não apreciou o caso). Por essa razão, em dezembro de 2011 a comunidade encaminhou uma nova solicitação ao INCRA, que em outubro de 2012 iniciou a produção de um novo relatório antropológico para subsidiar o processo com a própria força de trabalho do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da SR(20)/ES.

Ainda em 2012, entre os meses de novembro e dezembro, foram realizados cerca de 15 dias de trabalhos de campo para a produção desse relatório (que foram complementados por mais alguns dias no início de 2013), com previsão de sua conclusão para maio de 2013.

Comunidade de Monte Alegre (Cachoeiro de Itapemirim/ES)

Processo: 54340.000583/2005-60

O processo da comunidade está ainda em fase de notificação dos interessados após a publicação do RTID, ocorrida em 2008. Devido à desatualização da maioria dos registros dos imóveis inseridos em seu perímetro, os trabalhos de localização e notificação dos envolvidos tem sido muito complexo e de difícil execução, sobretudo em virtude da pouca força de trabalho disponível no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da SR(20)/ES. Feitas mais algumas tentativas de localização dessas pessoas, a Coordenação Geral desse serviço sugeriu utilizar a publicação de edital em jornais de ampla circulação como forma de dar ciência aos interessados, tendo em vista a impossibilidade de se chegar até eles por outros meios. Todavia, os quase três meses de greve geraram um grande

demanda reprimida de trabalhos, não sendo possível efetuar essa publicação ainda em 2012. Aguarda-se apenas a disponibilidade orçamentária em 2013 para fazê-lo.

Comunidade de São Pedro (Ibiraçu/ES)

Processo: 54340.000584/000584/2005-12

O processo da comunidade quilombola de São Pedro aguardava, no início de 2012, a publicação do Decreto da Presidência da República determinando a desapropriação dos imóveis inseridos na área de pouco mais de 314 hectares, que fora reconhecida pela INCRA em 2011. A publicação do Decreto, entretanto, somente ocorreu em novembro de 2012, não havendo tempo hábil de providenciar as vistorias de avaliação no exercício 2012. Entretanto, foram feitos deslocamento a serviço para comunicar os possíveis interessados e obter cópias atualizadas dos registros dos imóveis ali inseridos, para já podermos realizar as vistorias em 2013 e, posteriormente, ajuizar as ações de desapropriação visando a titulação do território.

Comunidade de São Domingos (Conceição da Barra/ES)

Processo: 54340.000581/2005-71

Já teve RTID concluído e publicado e as devidas notificações efetuadas. O processo fora encaminhado em maio de 2011 ao INCRA/Sede (em Brasília) para análise de um recurso hierárquico acerca da contestação de um dos interessados nos autos. Até a presente data, estes autos encontram-se no Gabinete da Presidência do INCRA para análise e homologação do referido recurso, faltando apenas esta análise para a publicação da portaria de reconhecimento pelo INCRA. Em virtude dessas circunstâncias, nenhuma ação referente a esse processo foi executada em 2012.

Comunidade de São Jorge (São Mateus/ES)

Processo: 54340.000042/2005-31

Já teve RTID concluído e publicado, mas o processo está suspenso por decisão judicial em primeira instância (Processo nº2007.50.03.000287-6, Vara Federal de São Mateus) que determina a anulação dos autos. O INCRA recorreu da decisão, mas até a presente data o recurso não havia sido apreciado. Por essa razão, nenhuma ação referente a esse processo foi executada em 2012.

Comunidade de Retiro (Santa Leopoldina/ES)

Processo: 54340.000528/2004-99

Todo o trâmite processual em âmbito administrativo desse processo já fora cumprido, sendo as ações de desapropriação ajuizadas em 2011. Existem três imóveis envolvidos nas ações de desapropriação, sendo um de propriedade e uso dos próprios quilombolas. Em fevereiro de 2012 o INCRA/ES obteve a imissão de posse de um dos dois imóveis de terceiros envolvidos situado no território, dando ao proprietário o prazo de 15 dias para desocupação do imóvel. Todavia, o proprietário e os ocupantes, descumprindo a decisão judicial, não deixaram a área. O INCRA/ES então comunicou tal fato à justiça que autorizou a utilização de força policial para proceder à desocupação do imóvel.

Em setembro de 2012, após a greve, quando se faziam os contatos com o oficial responsável pelo cumprimento da sentença, recebemos a notificação do Agravo de Instrumento solicitado pelo proprietário desse imóvel contra a imissão de posse do INCRA, tendo sido acatado pelo Poder Judiciário. O processo de desapropriação desse imóvel encontra-se suspenso até a votação da ADI e, na ação de desapropriação do outro imóvel de não-quilombola situado dentro da área reconhecida, ainda não houve qualquer manifestação da justiça. Desta forma, até a suspensão dos processos judiciais, houve algumas idas à campo com o intuito de acompanhar os oficiais de justiça no cumprimento das decisões judiciais de emissão de posse, efetuar diligências junto ao fórum municipal e também para passar informes à comunidade sobre o andamento dos processos de desapropriação.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Neste item estão elencadas as iniciativas do Plano Plurianual – PPA 2012-2015 que possuem ações orçamentárias cuja execução é de responsabilidade do INCRA. Cabe ressaltar que não foram listadas as iniciativas e metas às quais não está atrelada nenhuma ação orçamentária, tendo em vista a impossibilidade de auferir sua execução física e orçamentária.

4.1.3.1 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0418

A execução física e orçamentária das iniciativas descritas abaixo dizem respeito às Ações elencadas aos Objetivos vinculados ao Programa 2066 / 2012 / 2034.

Quadro A.4.3.1 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01DV

Identificação da Iniciativa	
Código	01DV
Descrição	Fiscalização cadastral das propriedades rurais.

Objetivo		0418				
Órgão ou Unidade Responsável		Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado (Ação 2105)	Imóvel				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **2105** - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3.2 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0419

A execução física e orçamentária das iniciativas descritas abaixo dizem respeito às Ações elencadas aos Objetivos vinculados ao Programa 2066 / 2012 / 2034.

Quadro A.4.3.2.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E6

Identificação da Iniciativa						
Código	01E6					
Descrição	Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais					
Objetivo	0419					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Georreferenciado (Ação 4426)	Imóvel				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **4426** - Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Georreferenciado*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.2.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01E7

Identificação da Iniciativa						
Código	01E7					
Descrição	Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso.					
Objetivo	0419					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Regularizado (Ação 2110)	Imóvel				
2	Sistema Mantido (Ação 2114)	Sistema				
3	Área Diagnosticada (Ação 8378)	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **2110** - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos; **2114** - Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos e **8378** - Gestão de Terras Públicas.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Regularizado*					
2	Sistema Mantido*					
3	Área Diagnosticada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3.3 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0420

A execução física e orçamentária das iniciativas descritas abaixo dizem respeito às Ações elencadas aos Objetivos vinculados ao Programa 2066 / 2012 / 2034.

Quadro A.4.3.3.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EK

Identificação da Iniciativa						
Código	01EK					
Descrição	Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS).					
Objetivo	0420					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Vistoriada (Ação 8387)	Ha				
2	Área Obtida (Ação 4460)	Ha				
3	Área Indenizada (Ação 20TG)	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **8387** - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; **4460** - Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária e **20TG** - Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada*					
2	Área Obtida*					
3	Área Indenizada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.3.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EL

Identificação da Iniciativa					
Código	01EL				
Descrição	Gerenciamento e manutenção do cadastro das famílias candidatas e beneficiárias da reforma agrária, visando à seleção, à homologação e à supervisão ocupacional dos lotes em projetos de assentamento.				
Objetivo	0420				
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família assentada (Ação 8384)	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **8384** - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família assentada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.3.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EO

Identificação da Iniciativa						
Código	01EO					
Descrição	Promover a regularização ambiental dos assentamentos no âmbito do Programa Mais Ambiente e demais procedimentos de regularização.					
Objetivo	0420					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado (Ação 8374)	Assentamento				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **8374** - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Licenciado*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.3.d – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EP

Identificação da Iniciativa	
Código	01EP

Descrição	Propiciar as condições básicas de acesso, saneamento, crédito, moradia, subsistência e convivência para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.					
Objetivo	0420					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família atendida (Ação 0427)	Família				
2	Crédito Supervisionado (Ação 20S7)	Família				
3	Família atendida (Ação 8398)	Família				
4	Família atendida (Ação 8396)	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **0427** - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas; **20S7** - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária; **8398** - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento e **8396** - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família atendida*					
2	Crédito Supervisionado*					
3	Família atendida*					
4	Família atendida*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3.4 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0421

A execução física e orçamentária das iniciativas descritas abaixo dizem respeito às Ações elencadas aos Objetivos vinculados ao Programa 2066 / 2012 / 2034.

Quadro A.4.3.4.a – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01ES

Identificação da Iniciativa					
Código	01ES				
Descrição	Concessão de títulos às famílias assentadas e destinação de áreas remanescentes dos projetos de assentamento.				
Objetivo	0421				
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido (Ação 4358)	Documento				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **4358** - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.4.b – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EU

Identificação da Iniciativa						
Código	01EU					
Descrição	Desenvolvimento dos projetos de assentamento, assegurando condições sustentáveis através da gestão ambiental.					
Objetivo	0421					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado (Ação 2B06)	Assentamento				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **2B06** - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado**					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Quadro A.4.3.4.c – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01EW

Identificação da Iniciativa						
Código	01EW					
Descrição	Proporcionar aos projetos de assentamento condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, e fortalecer os grupos produtivos de mulheres.					
Objetivo	0421					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada (Ação 4320)	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **4320** - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.3.5 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0422

A execução física e orçamentária das iniciativas descritas abaixo dizem respeito às Ações elencadas aos Objetivos vinculados ao Programa 2066 / 2012 / 2034.

Quadro A.4.3.5 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01F1

Identificação da Iniciativa						
Código	01F1					
Descrição	Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional.					
Objetivo	0422					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	Trabalhador Rural escolarizado (Ação 4474)	Trabalhador				
2	Profissional capacitado (Ação 6952)	Profissional				
3	Profissional capacitado (Ação 8370)	Profissional				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **4474** - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA); **6952** - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e **8370** - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador Rural escolarizado**					
2	Profissional* capacitado**					
3	Profissional capacitado**					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

4.1.3.6 Iniciativa Vinculada ao Objetivo 0412

A execução física e orçamentária das iniciativas descritas abaixo dizem respeito às Ações elencadas aos Objetivos vinculados ao Programa 2066 / 2012 / 2034.

Quadro A.4.3.6 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 01CB

Identificação da Iniciativa						
Código	01CB					
Descrição	Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de ATER e à implementação de serviços direcionados à gestão e formalização de organizações econômicas de agricultoras rurais.					
Objetivo	0987					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida (Ação 4470)	Família				
2	Agente Formado (Ação 4448)	Agente				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito às Ações **4470** - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e **4448** - Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida**					
2	Agente Formado**					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

4.1.3.7 Iniciativas Vinculadas ao Objetivo 0987

A execução física e orçamentária das iniciativas descritas abaixo dizem respeito às Ações elencadas aos Objetivos vinculados ao Programa 2066 / 2012 / 2034.

Quadro A.4.3.7 – Iniciativas de programa temático – Iniciativa 047A

Identificação da Iniciativa						
Código	047A					
Descrição	Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação.					
Objetivo	0987					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área indenizada (Ação 0859)	Ha				
2	Área reconhecida (Ação 20T1)	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Observação: A execução orçamentária desta iniciativa diz respeito à Ação **0859** - Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos; **20T1** - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

A execução física e orçamentária das iniciativas descritas abaixo dizem respeito às Ações elencadas aos Objetivos vinculados ao Programa 2066 / 2012 / 2034.

4.1.4.1 Ações Vinculadas ao Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Quadro A.4.4. 1.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2105

Identificação da Ação	
Código	2105
Descrição	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural
Iniciativa	01DV

Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Gerenciado	Imóvel				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Gerenciado*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2110

Identificação da Ação						
Código	2110					
Descrição	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Regularizado	Imóvel				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel Regularizado*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.3 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2114

Identificação da Ação						
Código	2114					
Descrição	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema Mantido	Sistema				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Sistema Mantido*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.4 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4426

Identificação da Ação						
Código	4426					
Descrição	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Imóvel Georreferenciado	Imóvel				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Imóvel					

	Georreferenciado*					
--	-------------------	--	--	--	--	--

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4.5 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8378

Identificação da Ação						
Código	8378					
Descrição	Gestão de Terras Públicas					
Iniciativa	01E7					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Diagnosticada	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Diagnosticada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4.1.6 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8387

Identificação da Ação						
Código	8387					
Descrição	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	Área Vistoriada	Ha			
---	-----------------	----	--	--	--

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Vistoriada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.7 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4460

Identificação da Ação						
Código	4460					
Descrição	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária					
Iniciativa	01EK					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Obtida	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Obtida*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.8 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20TG

Identificação da Ação					
Código	20TG				
Descrição	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária				
Iniciativa	01EK				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não	

				Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.9 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8384

Identificação da Ação						
Código	8384					
Descrição	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EL					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assentada	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assentada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.10 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0427

Identificação da Ação	
Código	0427
Descrição	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.11 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20S7

Identificação da Ação						
Código	20S7					
Descrição	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Crédito Supervisionado	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Crédito Supervisionado*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.12 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8396

Identificação da Ação						
Código	8396					
Descrição	Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EP					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.13 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8398

Identificação da Ação						
Código	8398					
Descrição	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Atendida	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Atendida*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.14 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 2B06

Identificação da Ação						
Código	2B06					
Descrição	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Beneficiado	Assentamento				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Beneficiado**					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.15 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4320

Identificação da Ação					
Código	4320				
Descrição	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol				
Iniciativa	01EU				
Unidade Responsável	INCRA				
Unidade Orçamentária	22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Beneficiada	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Beneficiada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.16 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4358

Quadro A.4.4.1.10 - Ações de programação temática de responsabilidade da UC - Ação 4000

Identificação da Ação						
Código	4358					
Descrição	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento					
Iniciativa	01EU					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Documento de Titulação Expedido	Documento				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Documento de Titulação Expedido*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.18 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8374

Identificação da Ação	
Código	8374
Descrição	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária
Iniciativa	01EU

Unidade Responsável		INCRA				
Unidade Orçamentária		22201				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
		Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assentamento Licenciado	Assentamento				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Assentamento Licenciado*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.19 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4474

Identificação da Ação						
Código	4474					
Descrição	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)					
Iniciativa	01F1					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Trabalhador Rural Escolarizado	Trabalhador				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Trabalhador Rural Escolarizado**					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.20 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 6952

Identificação da Ação						
Código	6952					
Descrição	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social					
Iniciativa	01F1					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Profissional Capacitado	Profissional				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado**					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Quadro A.4.4. 1.21 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 8370

Identificação da Ação						
Código	8370					
Descrição	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária					
Iniciativa	01F1					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	Profissional Capacitado	Profissional			
---	-------------------------	--------------	--	--	--

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Profissional Capacitado**					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

4.1.4.2 Ações Vinculadas ao Programa 2012 – Agricultura Familiar

A execução física e orçamentária das iniciativas descritas abaixo dizem respeito às Ações elencadas aos Objetivos vinculados ao Programa 2066 / 2012 / 2034.

Quadro A.4.4.2.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4470

Identificação da Ação						
Código	4470					
Descrição	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados					
Iniciativa	01CB					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Família Assistida	Família				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Família Assistida**					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

Quadro A.4.4.2.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 4448

Identificação da Ação	
Código	4448
Descrição	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural

Iniciativa	01CB					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Agente Formado	Agente				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Agente Formado**					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

**Meta Física Realizada (ação continuada): que tiveram início em anos anteriores com execução e/ou conclusão em 2012.

4.1.4.3 Ações Vinculadas ao Programa 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

A execução física e orçamentária das iniciativas descritas abaixo dizem respeito às Ações elencadas aos Objetivos vinculados ao Programa 2066 / 2012 / 2034.

Quadro A.4.4.3.1 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 0859

Identificação da Ação						
Código	0859					
Descrição	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos					
Iniciativa	047A					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Indenizada	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Indenizada*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

Quadro A.4.4.3.2 – Ações de programa temático de responsabilidade da UJ – Ação 20T1

Identificação da Ação						
Código	20T1					
Descrição	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas					
Iniciativa	047A					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Unidade de Medida	Meta Física (PC 2012)		Meta Financeira (PC 2012)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área Reconhecida	Ha				

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Execução de Restos a Pagar (RAP)						
Ordem	Descrição (Meta PC 2012)	Meta física realizada (exercícios anteriores)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1	Área Reconhecida*					

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

*Meta Física Realizada (exercícios anteriores): que tiveram início em exercícios anteriores e conclusão em 2012.

4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – Programa 2120

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2120				
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Órgão Responsável	Ministério do Desenvolvimento Agrário				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)					
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

4.1.6 Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2000

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$ 1.578.229,31	R\$1.499.578,07	R\$1.435.944,14	-	R\$63.622,63-	R\$1.435.944,44	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015 e SIAFI.

Quadro A.4.6.2 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 4572

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$50.676,63	R\$43.068,41	R\$42.274,59	-	R\$793,82	R\$42.274,59	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
		Servidor Capacitado	14	70	R\$28.755,00	R\$42.274,59

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

Quadro A.4.6.3 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ – Ação 2103

Identificação da Ação						
Código	2103					
Descrição	Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário					
Unidade Responsável	INCRA					
Unidade Orçamentária	22201					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Provisão Recebida	Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
R\$115.237,16	R\$86.497,14	R\$72.385,78	-	R\$14.111,36	R\$72.385,78	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2012-2015, Plano de Compromissos (PC 2012), SIAFI e Módulo de Monitoramento.

A Ação Administração da Unidade agrega todas as despesas com a manutenção da estrutura administrativa da Superintendência. Os recursos disponíveis e aprovados na LOA 20 12 não foram suficientes para o atendimento das necessidades da Unidade. Sendo necessárias a liberação de crédito suplementar para complementação das despesas destinadas ao apoio e suporte das atividades e serviços técnicos e administrativos da ação. Ainda assim, conseguimos viabilizar a reforma do muro da Superintendência, que era uma das prioridades, em razão do estado lastimável que se encontrava.

O crédito suplementar foi liberado no último trimestre de 2012, resultando em dificuldades para a Superintendência executar a totalidade dos recursos orçamentários, devido ao espaço de tempo para desenvolver os procedimentos licitatórios e contratação de bens e/ou serviços, e assim algumas ações não puderam ser realizadas. No entanto, mesmo com o atraso da suplementação, a expressividade da execução orçamentária demonstra, a necessidade dos recursos alocados.

Alguns dos dificultadores da execução dos serviços inerentes à Administração da Superintendência, foram questões de inviabilidade no fornecimento de combustíveis e prestação de serviço de lavagens de viaturas, em razão do desinteresse de fornecedores nas contratações., não participando das licitações ou mesmo dando proposta para uma possível dispensa de licitação. Também houve tentativa de Adesão à Registro de Preço. No entanto, não logramos êxito, visto que não houve autorização por parte do gestor da Ata, na qual tínhamos interesse.

Também consideramos um dificultador a questão da frota, pelo constante e intenso uso, há necessidade constante de manutenção corretiva, ficando prejudicada a manutenção preventiva.

Outra questão que entendemos dificultadora é quanto à falta dos recursos orçamentários para fazer face à reforma da sede, pois enquanto a mesma não ocorrer, o espaço e a disposição do imóvel deixa a desejar inclusive quanto à acessibilidade da clientela do INCRA/ES, havendo constante cobrança até mesmo por parte do Ministério Público.

Quanto à execução financeira, ficou prejudicada, principalmente no encerramento do exercício, em parte em razão de algumas licitações ocorridas no final do exercício e parte por escassez dos recursos financeiros.

Para redução de custos há previsão de uma nova contratação de serviço de monitoramento 24 horas e Rastreamento Veicular com instalação de GPS em todas Viaturas Oficiais do INCRA-ES e ainda Campanhas e Controles nos Gastos com Energia Elétrica, Serviços de Telefonia Convencional e Móvel; com materiais recicláveis como copos descartáveis e papel e ainda procurando adquirir passagens aéreas com antecedência e promocional, sendo que já verificamos a diminuição dos custos com telefonia e material descartável (copos). Também houve redução com gastos de papel e toner para as máquinas copiadoras, visto que o contrato atual prevê o fornecimento deste material pela própria contratada.

4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

O Quadro A.4.7 abaixo detalha as informações identificadoras das Unidades Orçamentárias (UO) que recebem os créditos orçamentários utilizados pelas UJ que compõem o Relatório de Gestão.

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	49201	373057

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

Não se aplica à natureza jurídica desta UJ

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesa de Capital		
	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida

			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

Não se aplica à natureza jurídica desta UJ

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

Não se aplica à natureza jurídica desta UJ

4.2.2.4 Análise Crítica

Deixamos de proceder à análise crítica, visto que os quadros acima, não se aplicam a natureza jurídica desta UJ.

4.2.3 Programação de Despesas

Valores em R\$
1,00

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	373057	09272008901810001	16.320,67	0,00	0,00
	Recebidos	373001	373057	21121212021030001	0,00	0,00	113.737,16
	Recebidos	373001	373057	21122212020000001	0,00	0,00	1.577.529,31
	Recebidos	373001	373057	21125206621050001	0,00	0,00	82.500,00
	Recebidos	373001	373057	21127203420T10001	0,00	0,00	48.500,00
	Recebidos	373001	373057	21127206621100001	0,00	0,00	12.000,00
	Recebidos	373001	373057	21128212045720001	0,00	0,00	50.676,63
	Recebidos	373001	373057	21606201244700001	0,00	0,00	3.687.530,65
	Recebidos	373001	373057	21631206620S70001	0,00	0,00	121.540,05
	Recebidos	373001	373057	2163120662B060001	0,00	0,00	22.579,00
	Recebidos	373001	373057	21631206643580001	0,00	0,00	11.750,00
	Recebidos	373001	373057	21631206683740001	0,00	0,00	48.514,16
	Recebidos	373001	373057	21631206683840001	0,00	0,00	28.451,00
	Recebidos	373001	373057	21631206683870001	0,00	0,00	125.394,12
	Recebidos	373001	373057	21631206683960001	0,00	0,00	38.241,99
	Recebidos	373001	373057	21631206683980001	0,00	0,00	66.691,21
	Recebidos	373001	373057	21691206643200001	0,00	0,00	100.233,35
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		

		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	373057	21121212021030001	1.500,00	0,00	0,00
		373001	373057	21122212020000001	700,00	0,00	0,00
		373001	373057	21631206683960001	1.9996403,53	0,00	0,00
		373001	373057	21691206643200001	28.000,00	0,00	0,00
		373001	373057	21631206604270001	0,00	4.624.400,00	0,00
		373001	373057	2163120664460001	0,00	21.603,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$
1,00

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	-	-	-	-
a) Convite	0,00	-0,00	0,00	-0,00
b) Tomada de Preços	463.488,65	-0,00	463.488,65	-0,00
c) Concorrência	0,00	534.472,37	0,00	534.472,37
d) Pregão	1.305.364,49	1.375.015,66	1.305.364,49	1.375.015,66
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	-	-	-	-
g) Dispensa	2.253.874,73	979.895,82	2.253.874,73	979.895,82
h) Inexigibilidade	56.995,95	76.707,65	56.995,95	76.707,65
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos	79.198,73	37.629,44	79.198,73	37.629,44
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	-	-	-	-
j) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	
k) Diárias		377.217,68		377.217,68
5. Outros	3.262.915,91		3.262.915,91	
6. Total (1+2+3+4+5)	7.421.838,46	3.380.938,62	7.421.838,46	3.380.938,62

Fonte: SIAFI gerencial e Divisão de Administração

4.2.4.1.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Valores em R\$
1,00

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Outros Benefícios Assistenciais	16.320,67	0,00	16.320,67	0,00	0,00	0,00	16.320,67	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	3.981.839,59	3.382.570,45	2.625.759,14	1.744.755,33	1.356.080,45	1.37.815,612	2.625.759,14	1.744.755,33
Locação de Mão de Obra	992.082,46	923.075,99	985.562,45	845.170,60	6.520,01	77.905,39	985.562,45	845.170,60
Diária Civil	453.797,08	464.448,61	453.797,08	333.692,75	0,00	130.755,86	453.797,08	333.692,75
Demais elementos do grupo	738.088,39	738.656,87	452.399,92	603.376,53	285.688,47	135.208,34	452.399,92	603.376,53
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Obras e Instalações Op. Int. Orc.	1.678.121,71	0,00	314.635,17	0,00	1.363.486,54	0,00	314.635,17	0,00
Contribuições Fundo a Fundo	315.431,82	0,00	0,00	0,00	315.431,82		0,00	0,00
Equip. e Material Permanente Op. Intra Orc.	3.967,26	92.521,20	2.084,70	6.720,00	1.882,56	85.801,20	2.084,70	6.720,00
Outros Serviços de Terc. Pessoa Jurídica	2.850,00	0,00	0,00	0,00	2.850,00	0,00	0,00	0,00

5. Inversões Financeiras								
Concessão de Emp. E financiamentos	3.785.800,00	6.048.661,05	2.587.600,00	3.672.900,72	1.198.200,00	2.375.760,33	2.587.600,00	3.672.900,72
Aquisição de Imóveis	0,00	3.245.000,00	0,00	1.020.000,00	0,00	2.405.000,00	0,00	1.020.000,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI gerencial e Divisão de Administração

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$
1,00

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	-	-	-	-
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	-	-	-	-
g) Dispensa				
h) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	-	-	-	-
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)	-	-	-	-

Fonte:

Não se aplica a UJ.

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em
R\$ 1,00

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								

1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

Não se aplica à UJ.

4.2.4.2.3Análise Crítica

O aumento dos valores relativos às obras, referem-se a licitação para construção de barragens, em Projetos de Assentamentos do INCRA/ES;

A contribuições fundo a fundo, refere-se a valor de proposta de convênio formulada pela Prefeitura Municipal de São Mateus e que não houve tempo hábil para análise técnica e jurídica, visando a celebração do convênio respectivo.

Relativamente à aquisição de imóveis (desapropriações), não houve em 2012, e em decorrência, o valor referente à concessão de Emp. e Financiamento (crédito instalação) foi menor.

Quanto a conta Restos a Pagar Não Processados do exercício de 2011 e 2012, foram relativos aos contratos de prestação dos serviços de Assistência Técnica Social e Ambiental – ATES pagamentos não realizados em função de problemas no SIATER o que dificultou a fiscalização, a publicações junto a Fundo de Imprensa Nacional e Empresa Brasil de Comunicação sendo que durante o ano foi feito gestão junto as respectivas Unidades Gestores para emissão das faturas para pagamento o que não ocorreu, empresa contratada para manutenção de viaturas, e sobras de TDA's e Benfeitorias cujos processos estão sobrestados e ou sub judice.

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1 Reconhecimento de Passivos

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$

1,00

Quadro A.6.1: Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos de Recursos						1,00
Identificação da Conta Contábil						
Código SIAFI		Denominação				
Linha Detalhe						
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012	
Razões e Justificativas:						
Fonte:						

Não houve movimentação contábil nesta conta nos exercícios de 2011 e 2012.

5.1.2 Análise Crítica

Não há o que comentar, visto que não houve movimentação da conta.

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
...	3.486,38	0,00	0,00	3.486,38
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	7.931.933,01	37.546,46	6.011.194,42	1.883.192,13
2010	3.461.958,28	251.947,19	3.198.226,84	11.784,25
...				

Fonte:

5.2.2 Análise Crítica

O saldo na conta de Restos a Pagar Processados referente ao exercício de 2009 trata-se de valor da multa aplicada ao contrato de prestação de serviços de ATES conforme 2009NE900065, sendo que esta UJ tentou durante o ano o ajuste desta conta não tendo concretizado.

Quanto a conta Restos a Pagar Não Processados do exercício de 2010 refere-se a publicações junto a Fundo de Imprensa Nacional e Empresa Brasil de Comunicação (2010NE900807 e 2010NE900806) sendo que durante o ano foi feita gestão junto as respectivas Unidades Gestores para emissão das faturas para pagamento o que não ocorreu. As inscrições do exercício de 2011 foram relativas aos contratos de prestação dos serviços de Assistência Técnica Social e Ambiental – ATES pagamentos não realizados em função de problemas no SIATER o que dificultou a fiscalização, a publicações junto a Fundo de Imprensa Nacional e Empresa Brasil de Comunicação sendo que durante o ano foi feita gestão junto as respectivas Unidades Gestores para emissão das faturas para pagamento o que não ocorreu, serviços prestados pela empresa contratada para manutenção de viaturas, cujas Notas Fiscais ainda não tinham sido emitidas, e sobras de TDA's e Benfeitorias cujos processos estão sobrestados e ou sub judice.

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome:	
CNPJ:	

UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	0	0	0	-	-	-

Fonte:

Não houve transferência, nos termos proposto pelo Quadro acima.

5.3.3 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	0	-	-	-	

Fonte:

Não houve transferência, nos termos proposto pelo Quadro acima.

5.3.4 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Fonte:					

Não houve transferência, nos termos proposto pelo Quadro acima.

5.3.5 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas		
			Contas Não Analisadas		
		Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas		Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
	Contas NÃO Analisadas		Quantidade		
			Montante repassado (R\$)		

2010	Quantidade de Contas Prestadas			
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Fonte:				

Não houve transferência, nos termos proposto pelo Quadro acima.

5.3.6 Análise Crítica

Foi emitido empenho 2012NE800, refere-se a valor de proposta de convênio formulada pela Prefeitura Municipal de São Mateus apresentou proposta de Convenio para Projeto de Ampliação do Centro de Formação de Agricultores dos Assentamentos de Reforma Agrária, do Espírito Santo, cujo nº gerado foi 778198/2012, que culminou com a emissão do empenho 2012NE800666, no valor de R\$ 315.431,82. Entretanto, não foi ultimada a celebração, vez que não houve tempo hábil para análise técnica e jurídica durante o exercício de 2012.

5.4 Suprimento de Fundos

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

QUADRO A.5.8 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Suprimento de Fundos					
CÓDIGO DA UG	NOME DA UG	VALORES			TOTAL GERAL
373057	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA	CONTA TIPO "B"	CPGF		
			SAQUE	FATURA	
UG 1		0,00	2.652,42	74.733,49	77.385,91
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	2.652,42	74.733,49	77.385,91

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo B

Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	Nome da UG							
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Total Utilizado pela UG								
Código da UG 2	Nome da UG							
Total Utilizado pela UG								
Total Utilizado pela UJ								

Fonte:

Não houve Suprimento de Fundo – Conta Tipo B nesta UJ

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	Limite de Utilização da UG					
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
Total Utilizado pela UG						
Código da UG 2	Limite de Utilização da UG					
Total Utilizado pela UG						
Total Utilizado pela UJ						

Fonte:

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012							-
2011							-
2010							-

Fonte:

Não houve Suprimento de Fundo – Conta Tipo B nesta UJ

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo “B”						CPGF					
Situação	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas												

Fonte:

5.4.1.6 Análise Crítica

Houve um acréscimo significativo dos valores do Suprimento de Fundos CPGF em função de que esta UG não ter conseguido viabilizar a contratação de empresa fornecedora de combustíveis, sendo que durante o exercício de 2012 foram realizados três pregões eletrônicos, os quais restaram desertos e ainda duas tentativas de adesão à Registro de Preço, que não lograram êxito.

5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

O conteúdo deste Item não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5.6 Gestão de Precatórios

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo a DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		84	5	11
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		84	5	11
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		84	5	9
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários		10	4	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		2	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)		96	9	11

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR E EXTRATOR DE DADOS)

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0

3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	2
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	2

Fonte EXTRAÇÃO SIAPE FEV/2013

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	12	10	1	3
1.1. Cargos Natureza Especial		0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	12	10	1	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		8	1	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		2	0	0
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas	3	3	1	2
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		3	1	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	15	13	2	5

Fonte: SIAPE E EXTRATOR DE DADOS

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos

1. Provimento de Cargo Efetivo	10	22	13	40	9
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	10	22	13	33	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	7	3
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	0	1	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	0	1	0	0
2.3. Funções Gratificadas	1	0	1	1	0
3. Totais (1+2)	11	22	14	40	9

Fonte: SIAPE E EXTRATOR DE DADOS

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	5	0	38	51	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	0	32	51	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	4	0	6	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	2	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	2	0	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	5	0	40	51	0	0	0
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAPE E EXTRATOR DE DADOS

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	5.568.598,82	289.615,87	452.413,85	141.615,68	473.420,44	773.832,81	1.391,05	7.018,67	37.289,48	7.745.196,67
	2011	5.206.253,84		457.501,87	153.917,94	381.537,77	813.125,66	4.948,88	0,00	23.891,54	7.041.177,50
	2010	4.904.485,19		457.677,37	150.450,65	871.476,15	624.341,65	7.559,35	4.000,00	39.206,69	7.059.197,05
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores CLT (Anistiados)											
Exercícios	2012					17.330,51					17.330,51
	2011					9.893,42					9.893,42
	2010					17.330,51					0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											

Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012		107.513,76			11.941,41					119.455,17
	2011		282.593,82			56.881,25					339.475,07
	2010		290.345,93			75.364,68					365.710,61
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012		15.198,41								15.198,41
	2011		15.156,36			5.687,80					20.844,16
	2010		15.072,13			11.380,62					26.452,75

Fonte: EXTRAÇÃO DDW SIAPE DOS EXERCÍCIOS DE 2010, 2011 E 2012

Observação: Foram concedidas diárias (indenizações) para terceiros, conforme especificado:

ANO	Valor
2010	1920,66
2011	834,36
2012	237,86

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	66	6
1.1 Voluntária	53	6
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	13	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	27	0
2.1 Voluntária	26	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	1	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	93	6

Fonte: SIAPE – EXTRATOR DE DADOS

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	29	4
1.1. Integral	24	4
1.2. Proporcional	5	0
2. Em Atividade	10	4
3. Total (1+2)	39	4

Fonte: SIAPE – EXTRATOR DE DADOS

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos Não se aplica à UJ.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Não se aplica à UJ.

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria	6	2	6	2
Concessão de pensão civil	4	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	5	0	1	0
Totais	15	2	7	0

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	0	0	0	0

Não se aplica à UJ.

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão				
Concessão de aposentadoria	3	2		1
Concessão de pensão civil				4
Concessão de pensão especial a ex-combatente				

Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	1			4
Total	4	2	0	9
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total				

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias				
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
Totais	0	0	0	0

Não se aplica à UJ.

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	0	0	0	0

Não se aplica à UJ.

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO (ÁREA DE ATUAÇÃO)

ÁREA	TOTAL	% TOTAL
ADMINISTRAÇÃO	18	20,69
DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS	22	25,29
GABINETE	8	9,2
OBTENÇÃO DE TERRAS	19	21,84
ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	18	20,69
JURÍDICA	2	2,3
TOTAL	87	100

FONTE: SIAPE

QUADRO COMPARATIVO DE SERVIDORES (ATIVOS X INATIVOS)

ANO	ATIVO	INATIVO
2008	94	86
2009	92	86
2010	91	86
2011	88	89
2012	87	93

FONTE: SIAPE

AÇÃO 4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

PRODUTO Servidor Capacitado*

UNIDADE: Unidade

* Nesta Ação o Produto equivale ao número de "oportunidades de capacitação", havendo múltipla contagem no caso de o mesmo servidor realizar mais de um treinamento

SR	Nº PROCESSO	DATA/MÊS DE REALIZAÇÃO	Nº DE SERVIDORES	CURSO REALIZADO	QUANTIDADE DE HORA/AULA	ORIGEM DOS RECURSOS*
SR-20/ES	54340.000943/2009-57	01/03/2010 A 01/03/2013	1	DOCTORADO EM SOLOS E NUTRIÇÃO DE PLANTAS	180	SEM CUSTO
SR-20/ES	54340.000862/2011-71	AGO/2011 A JUL/2013	1	MESTRADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	250	SEM CUSTO
SR-20/ES	RELATÓRIO SDP	06-10/02/2012	6	FÓRUM NACIONAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO INCRA	240	SEDE
SR-20/ES	MEMO/INCRA/CONJUNTO/DT/DD/Nº2/12	27-29/02/2012	2	FLUXO DE PROCESSO NA OBTENÇÃO DE IMÓVEL RURAL	48	SEDE
SR-20/ES	MEMO CIRCULAR Nº.65/2012/REL SDP	06-09/03/2012	2	REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A REFORMA AGRÁRIA E AGROECOLOGIA	48	SEDE
SR-20/ES	54000.000232/2012-39	12-13/03/2012	1	CURSO NOVO SIAFI – WEB	16	SEDE
SR-20/ES	MEMO/INCRA/DA/Nº. 110/2012	19-22/03/2012	1	CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS	32	SEDE
SR-20/ES	MEMO CIRCULAR Nº.96/DD/2012	13/03/12	1	OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL "BOLSA VERDE"	8	SEDE
SR-20/ES	54000.000355/2012-70	09-13/04/2012	1	CURSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO	40	SEDE
SR-20/ES	MEMO CIRCULAR/38/DDE/2012	23-27/04/2012	1	III OFICINA DE CAPACITAÇÃO DOS ASSEGURADORES DO PRONERA	36	SEDE
SR-20/ES	CERTIFICADO	17/04 A 14/05/2012	1	LEGISLAÇÃO APLICADA À GESTÃO DE PESSOAS – LEI 8.112/90 – TURMA 2012/2	30	SEM CUSTO
SR-20/ES	CERTIFICADO	24/04 A 08/05/2012	1	RUMO A CULTURA DE ACESSO À INFORMAÇÃO: A LEI 12.527/2011 – 1ª EDIÇÃO	10	SEM CUSTO
SR-20/ES	54340.000862/2011-71	04-13/05/2012	1	FUNDAMENTOS E ORIENTAÇÕES DO PENSAMENTO SUSTENTÁVEL CONTEMPORÂNEO II	40	SEM CUSTO
SR-20/ES	54340.000846/2012-60	26 A 29/06/2012	1	I CONGRESSO NACIONAL AFRICANIDADES E BRASILIDADES, ENSINO, PESQUISA, CRÍTICA	33	SEM CUSTO
SR-20/ES	54340.000842/2012-81	11-15/06/2012	2	CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO COFFEE CANEPHORA	64	SR-20/ES
SR-20/ES	CERTIFICADO	10-24/07/2012	1	RUMO A CULTURA DE ACESSO À INFORMAÇÃO: A LEI 12.527/2011 – 3ª EDIÇÃO	10	SEM CUSTO
SR-20/ES	54340.000844/2012-71	22-25/07/2012	3	50º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER	75	SR-20/ES
SR-20/ES	54340.000845/2012-15	12-14/07/2012	1	CURSO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENGENHARIA DO ESPÍRITO SANTO	24	SR-20/ES
SR-20/ES	CERTIFICADO	13-17/08/2012	2	CAPACITAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	80	SEM CUSTO
SR-20/ES	CERTIFICADO	20-24/08/2012	1	CURSO DE GESTÃO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO – CONCEITOS, TÉCNICAS E MODELO DE COMPARTILHAMENTO	32	SEM CUSTO
SR-20/ES	54340.001193/2010-74	FEV/2011 A 20/08/2012	1	PROGRAMA DE MESTRADO STRICTO SENSU EM CIÊNCIAS FLORESTAIS	300	SEM CUSTO
SR-20/ES	54340.000861/2011-27	24/08/2011 A 24/08/2012	1	PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM COMUNICAÇÃO PÚBLICA	210	SEDE
SR-20/ES	54340.000290/2011-21	ABR/2011 A SET/2012	2	PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	360	SEDE
SR-20/ES	54000.000927/2012-11	07-11/10/2012	1	COBRAC/2012	40	SEDE
SR-20/ES	54340.001322/2012-96	15-19/10/2012	1	XXI CONGRESSO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA	40	SEM CUSTO
SR-20/ES	54340.001327/2012-19	23-26/10/2012	6	II CONGRESSO BRASILEIRO DE REFORESTAMENTO AMBIENTAL	144	SR-20/ES
SR-20/ES	54340.001327/2012-19	23-26/10/2012	1	MINI CURSO PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS	4	SR-20/ES
SR-20/ES	54340.001327/2012-19	23-26/10/2012	3	MINI CURSO ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL	12	SR-20/ES
SR-20/ES	CERTIFICADO	07/11/12	1	SIAFI GERENCIAL	8	SEM CUSTO
SR-20/ES	CERTIFICADO	05-09/11/2012	2	FOLHA DE PAGAMENTO	80	SEM CUSTO
SR-20/ES	CERTIFICADO	20/11/12	2	LEGISLAÇÃO APLICADA À PERÍCIA OFICIAL EM SAÚDE	8	SEM CUSTO
SR-20/ES	CERTIFICADO	20/11/12	2	SISAC: SISTEMA DE APECIAÇÃO E REGISTRO DE ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES TCU	8	SEM CUSTO
SR-20/ES	54340.001438/2012-25	05-09/11/2012	2	CURSO DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS E SUPRIMENTOS	80	SEDE
SR-20/ES	54340.001438/2012-25	19-23/11/2012	1	CURSO DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS E SUPRIMENTOS	40	SEDE
SR-20/ES	LISTA DE PRESENÇA	30/11/12	11	PALESTRA: ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA DE NASCENTES NO ASSENTAMENTO PARAÍSO	22	SEM CUSTO
SR-20/ES	54000.001042/2012-39	03-07/12/2012	4	CAPACITAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS COM A FERRAMENTA QUANTUN GIS	160	SEDE

Não são utilizados indicadores gerenciais relativos à absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, educação continuada, disciplina, aposentadoria versus reposição do quadro. No entanto, verifica-se que a distribuição por faixa etária indica que um quantitativo expressivo de servidores estão em vias de implementar as condições necessárias à aposentadoria, sendo que 12 (doze) servidores no exercício de 2012 encontram-se aptos à aposentação.

O quadro de pessoal da Superintendência Regional foi reforçado em 2012 com a nomeação de 5 (cinco) servidores aprovados no concurso de 2010. Contudo, o quantitativo decresceu em razão de egressos e aposentadorias.

Na distribuição de servidores por área de atuação, demonstra que 67,82% dos servidores estão lotados em unidades vinculadas à área finalística (Desenvolvimento de Assentamentos, Obtenção de Terras e Ordenamento da Estrutura Fundiária). Enquanto que 32,19% estão vinculados às áreas meio (Divisão de Administração, Gabinete e Procuradoria Jurídica). Tal distribuição indica insuficiência de recursos humanos determinando uma priorização para as unidades finalísticas.

Sobre a disciplina, essa é um fator que compõe a avaliação do servidor em estágio probatório, sendo realizada em duas avaliações parciais, a primeira entre o 11º e 13º mês e a segunda entre o 23º e 25º mês do estágio probatório, bem como na avaliação

especial de desempenho realizada no 32º mês do estágio conforme disposto em regulamento interno da Autarquia (INSTRUÇÃO NORMATIVA/INCRA/nº 29, de 13/02/2006).

O servidor é avaliado ainda, na dimensão do cumprimento de normas e procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo, por meio de avaliação anual para fins de concessão das gratificações GDARA/GDAPA, conforme Decreto 7.133, de 09/03/2010, regulamentado no âmbito do INCRA por meio da Portaria Nº 26, de 27/04/2012, alterada pela Portaria Nº 44, de 18/06/2012.

Ainda, a prática de boa conduta funcional é estimulada mediante capacitação. O tema já foi objeto de duas palestras em 2010 sob os títulos “Ética no Serviço Público” e Padrão Ético ao Agente Público”, abrangendo à 53 e 31 servidores, respectivamente.

Quanto à educação continuada, em 2012 foi ofertado 36 (trinta e seis) oportunidades de capacitação a 72 (setenta e dois) servidores, correspondendo a 2.812 horas/aula de capacitação, abrangendo à aproximadamente a 82% da força de trabalho.

Para a implementação de estudos e indicadores é necessário o ingresso de novos servidores e ferramentas gerenciais adequadas. Sendo que o contingente disponível para as atividades de recursos humanos é insuficiente para o atendimento de todas às demandas. Em decorrência disso, são priorizadas as atividades relacionadas com a folha de pagamento, cadastro funcional, atendimento à solicitação dos setores jurídicos e órgãos de controle, instrução de pedidos de aposentadoria, pensão, abono de permanência, licenças/afastamentos diversos, participação de servidor em eventos de capacitação, implantação/pagamento de benefícios (auxílio transporte, auxílio alimentação, pré-escolar, assistência à saúde suplementar), avaliação de desempenho para fins de estágio probatório, progressão funcional e gratificações GDARA/DAPA.

No contexto geral da força de trabalho, o quantitativo de servidores que compõe o quadro de pessoal da Superintendência Regional, mediante os dados apresentados, evidencia uma necessidade urgente de recomposição da força de trabalho para atender satisfatoriamente às demandas institucionais.

6.2 Terceirização da Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					

Fonte:

6.2.2 Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	

Fonte:

6.2.4 Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA													
UG/Gestão: 373057/37201						CNPJ: 00.375.972/0019-90							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	ES-05/2008	APOIO SERVIÇOS GERAIS / 05276664/0001-00	12/06/2008	11/06/2009	*						P
2007	V	O	ES 9000/2007	UNISEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. / 08030075/0001-27	01/01/2008	31/12/2008	**						P
Observações: * O Contrato ES-05/2008 não tem exigência de nível de escolaridade ** O Contrato ES 9000/2007 foi prorrogado excepcionalmente até 31/12/2013 e a exigência é o Certificado do Curso de Formação de Vigilante													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Divisão de Administração INCRA SR20

6.2.5 Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA													
UG/Gestão: 373057/37201					CNPJ: 00.375.972/0019-90								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	15/2012	TOP SERVIÇOS DE ENVAZAMENTO LTDA./ 11237497/0001-82	24/10/2012	23/10/201	1	1					A
2011	9	O	35/2011	CEP SERVIÇOS E PROJETOS LTDA. 309647950001-19	26/12/2011	25/12/2012	*						P
2011	5	O	33/2011	ELITE SERVIÇOS LTDA. 04268943/0001-50	29/12/2011	28/12/2012			16	16			P
2010	12	O	07/2010	ARAUJO JUNQUEIRA & CIA LTDA ME 07855231/0001-26	01/07/2010	30/06/2012			2	2			P
OBSERVAÇÕES: * NO CONTRATO 35/2011 HÁ 01 OFICIAL POLIVALENTE COM CAPACITAÇÃO EM ELÉTRICA E HIDRÁULICA													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						

Fonte: Divisão de Administração INCRA SR20

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	2	2	2	2	33.203,30
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
1.2 Área Meio	2	2	2	2	33.203,30
2. Nível Médio	0	0	0	0	0,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0,00
3. Total (1+2)	2	2	2	2	33.203,30

Fonte: Divisão de Administração INCRA SR20

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Não há contrato de locação de veículos.

A superintendência conta com 18 viaturas em atividade, que consoante à classificação na legislação vigente enquadram-se todos no Grupo IV, do Anexo I, da Instrução Normativa SLTI/MP/nº 03/2008, sendo que a maioria já desgastadas pelo uso constante. Além destes, temos três viaturas já em processo de doação e dois com vistas à alienação, em decorrência de acidentes. A gestão é feita pelo Setor de Transporte, com o acompanhamento da manutenção preventiva (revisões obrigatória de veículos em garantia) pela concessionária e corretiva, considerando a mão-de-obra e aplicação de peças, por Oficina contratada para isto, bem como controle de gastos com combustíveis e/ou lubrificantes, pelo setor de transporte.

O demonstrativo de gastos é feito por meio de relatórios individuais, consolidados em relatórios mensal e anual.

A frota é bastante utilizada gerando enorme desgaste, o que leva a gastos elevados para mantê-la, entretanto, os veículos são imprescindíveis para atendimento à demanda de toda a Superintendência, visto que o volume maior de trabalho é realizado no campo, junto aos Projetos de Assentamento do INCRA/ES. A idade média da frota, incluindo cinco veículos de 2011, recebidos em 2012, é 6 anos., sendo que um dos caminhões conta com 17 anos de uso.

Nos últimos exercícios as viaturas tem sido adquiridas pelo INCRA/Brasília e distribuídas às Superintendências Regionais.

A quilometragem rodada em 2012, segundo os relatórios da Divisão de Administração, foi de 318.000km. Este montante seria ainda maior, caso não tivesse ocorrido a greve de servidores, em sua maioria, técnicos que trabalham em campo, pelo período aproximado de de 3 meses.

O custo com abastecimento foi de R\$ 84.434,75, incluindo os efetivados com Suprimento de Fundos

As despesas relativas à manutenção incluindo lavagens, foi de R\$ 61.960,26, além de pagamento de R\$ 11.017,00 inscritos em Restos a Pagar. Entretanto, algumas viaturas que embora precisassem de consertos, estes não foram efetivados, em razão de que não houve tempo hábil para análise e autorização de orçamentos, no exercício de 2012.

Quanto ao seguro obrigatório, o montante da despesa foi de R\$ 4.457,16 (DETRAN).

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1 – ESPÍRITO SANTO	1	1
	VILA VELHA	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SPU

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

Esta informação não se aplica a esta UJ

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
373057	5703.00054.500-3	3	4	R\$ 1.577.207,01	09/05/05	1.577.207,01		
Total								
Fonte:								

8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação - TI

O **Quadro A.8.1** a seguir, denominado **Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar a estrutura de governança corporativa e de TI da UJ. Para tanto, o referido Quadro está subdividido em 9 (nove) blocos de questões nas quais o gestor deverá escolher a opção que melhor represente realidade de sua UJ. No bloco de questões de 1 a 6, o gestor poderá assinalar com um "X" quantas opções desejar. Na questão 7, o gestor deve levar em consideração a seguinte escala para responder:

(1) **nunca**: significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) **às vezes**: significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ.

(3) **usualmente**: significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência.

(4) **sempre**: significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Por fim, no bloco de questões 8 e 9, o gestor deverá assinalar **apenas uma opção**.

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.

	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/plano-diretor-de-tecnologia
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).

	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8.2 Análise Crítica

Informamos que este Núcleo de Tecnologia da Informação desta Superintendência Regional respondeu o questionário com o conhecimento que tem sobre os itens solicitados, mas a informação mais precisa sobre governança e outros dados corporativos de TI devem ser obtidos diretamente junto à Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação – DET – na Sede do Incra em Brasília.

9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.						
□ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?						
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.						
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).						
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.						
□ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?						
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).						
□ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?						
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).						
□ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?						
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.						
□ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?		Sim ()			Não ()	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).						
□ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?						
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.						
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.						
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.						
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.						
□ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?						

<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p>					
<p>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>					
<p>Considerações Gerais:</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p>					
<p>Níveis de Avaliação:</p>					
<p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p>					
<p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p>					
<p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p>					
<p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p>					
<p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Fonte: Divisão de Administração INCRA SR20

10. Conformidades e Tratamentos de Disposições legais e Normativas

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Deliberações do TCU	
Deliberações Expedidas pelo TCU	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.1.3 Recomendações da OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA ESPÍRITO SANTO - SR(20)ES			002981
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Nº 201203489-03/2012	4.1.1.1 4.1.1.3 5.1.2.1	Ofício nº 8095/2012/CGU-Regional/ES/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Serviço de Desenvolvimento Humano - SR(20)A1			002981
Descrição da Recomendação			
Reposição ao erário de valores pagos indevidamente da vantagem prevista no artigo 184, da Lei nº 1711/52; Reposição ao erário de valores pagos indevidamente à título de pensão; Pagamentos de vantagens judiciais relativas a planos econômicos			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Desenvolvimento Humano - SR(20)A1			002981
Síntese da Providência Adotada			
Todos os casos de reposição ao erário foram implementados no sistema SIAPE. Já quanto ao pagamento de vantagens judiciais, 7 (sete) situações encontram-se pendentes aguardando a apreciação do recurso impetrado pela Procuradora-Geral Trabalhista em nível de INCRA/Sede.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O reduzido quadro de servidores da unidade de pessoal fragilizam o desenvolvimento das atividades de pessoal. São muitas demandas de trabalho e o quadro é insuficiente para atender satisfatoriamente a todas as demandas.			

10.1.4 Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA ESPÍRITO SANTO - SR(20)ES			002981
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria
	Nº 201203489-03/2012		Nº 201203489-03/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Serviço de Desenvolvimento Humano - SR(20)A1			
Descrição da Recomendação			
Pagamentos de vantagens judiciais relativas a planos econômicos			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Desenvolvimento Humano - SR(20)A1			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
7 (sete) casos aguardam o parecer da Procuradoria-Geral Trabalhista do INCRA/Sede			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna está inserida exclusivamente na estrutura do INCRA/SEDE em Brasília. Seguem abaixo informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, conforme relatado no item 3.1.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades	Obrigados a entregar a DBR			

(Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	15		15
	Entregaram a DBR	15	0	15
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte:

10.3.1.1 Análise Crítica

O setor interno responsável pelo gerenciamento das Declaração de Bens e Rendias é o Serviço de Desenvolvimento Humano - SR(20)A1. Tal gerenciamento é feito mediante controle não-informatizado e os obrigados podem entregar as DBR's por meio físico ou preencher o formulário autorizando o acesso às informações constantes na base de dados da Receita Federal do Brasil. No exercício de 2012, apenas 01 obrigado entregou a DBR em meio físico, os demais assinaram formulário autorizando o acesso às informações. O SR(20)A1 não realiza nenhuma espécie de análise com o intuito de verificar incompatibilidades com remuneração recebida.

10.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

<p align="center">DECLARAÇÃO</p> <p>Eu, <u>(gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas)</u>, CPF nº _____, <u>(cargo ocupado pelo responsável)</u>, exercido na <u>(nome da unidade responsável)</u> declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p align="center">Brasília, ____ de ____ de 2013.</p> <p align="center"><u>(Nome do Gestor)</u></p> <p align="center"><u>(CPF)</u></p> <p align="center"><u>(Cargo/Unidade Jurisdicionada)</u></p>

11.

12. Informações Contábeis

12.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

12.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Os procedimentos adotados nesta UJ seguem o estabelecido na macrofunção SIAFI –ASSUNTO 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPREC., AMORT. E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUND., emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Nessa referida macrofunção está contida a base legal de sua elaboração: Lei n 4.320/64, Lei Complementar n 101/00, Normas Brasileiras de Contabilidade e Lei n 10.180/2001.

A macrofunção informa ainda as metodologias a serem adotadas para:

- se estimar a vida útil econômica dos ativos;
- cálculo de depreciação, amortização e exaustão e taxas utilizadas;
- realização de avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívida, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

12.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

12.2.1 Declaração Plena

A unidade jurisdicionada não aplicou o contido na NBC T 16.9 e NBC T 16.10 no tocante à depreciação tendo em vista o setor de patrimônio não enviar o relatório de depreciação não sendo efetuada a depreciação desde junho/2011 (conforme Relatório de Gestão 2011) mesmo após a solicitação de envio por parte do setor de Contabilidade, bem como não vem sendo efetuada com suficiente regularidade a reavaliação do ativo, fatos estes que somados aos itens constantes na declaração do contador apresentam riscos de distorção relevante tanto no nível geral das demonstrações contábeis quanto pelo nível de afirmação nos componentes de risco inerente e de controle.

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local		Data	
Contador Responsável		CRC nº	

12.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO - INCRA/SR-20/ES			373057
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Situação Patrimonial – não foram registrados desde junho/2011 a depreciação dos bens e há bens a classificar; b) Saldo contábil do almoxarifado não confere com RMA; c) Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB; d) Impropropriedades/falta de registro e registros desatualizados/intempestivos na conta de contratos 199720400 e 199720200 e) Impropropriedades/falta de registro e registros desatualizados/intempestivos na conta de caução e seguros-garantia 199510501 e 199510401; f) Existência de contas em restos a pagar (295110101) cujos saldos deveriam ser anulados; g) Falta de comprovação e prestação de contas de suprimento de fundos, bem como não observância do prazo de aplicação e do valor concedido (ou ainda a não concessão com posterior gasto e ressarcimento) por parte de alguns agentes; h) Realização de despesas sem prévio empenho; i) Falta de reavaliação do imóvel da Superintendência (registrado no SPIUnet sob RIP 5703.00054.500-3) conforme Nota de Auditoria nº 201203489/01 CGU, de 26/04/2012 e NBC T 16.10; j) Falta de reavaliação de bens móveis e imóveis; k) Outras inconsistências que refletem nos balanços; e l) Os demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI conforme mensagem/comunica nº 2013/0473715 emissora 170999 (Coordenação Geral de Contabilidade/STN) emitida no SIAFI às 10:54 de 21/02/13. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Vila Velha-ES	Data	26/03/2013
Contador Responsável	Flávio Sérgio Pavan Perim	CRC nº	CRC/ES 016207/O-3

12.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Considerando o estabelecido no item 11.3, da PORTARIA-TCU Nº 150 - Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2012:

*“Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades **que não executaram** sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI”.*

Considerando o estabelecido no art. 6º, Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012:

“Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes e do Ministério Público da União - MPU, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI”.

Com fundamento nos normativos acima, todas as Unidades Gestoras deste Órgão ficam dispensadas da elaboração do item 7.14.

12.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

12.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

Conteúdo não cobrado da Unidade Jurisdicionada, segundo o disposto na DN TCU Nº 119, de 18 de janeiro de 2012.

12.6 Parecer da Auditoria Independente

Este item não se aplica ao INCRA tendo em visto a exigência feita pelo TCU:

Abrangência: Autarquias e fundações, empresas estatais da Administração Pública Federal, fundos especiais e entidades que tenham firmado contrato de gestão (Naturezas jurídicas constantes das letras c, d, f, g e h, do Quadro A1 da DN 119/2012).

13. Outras Informações Sobre a Gestão

PARTE B–CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

14. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis

- a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;
- b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;
- c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;
- d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo Incra, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;
- e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

15. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

ANEXOS

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte:

Não houve transferência de recursos no período.